



Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director Interino: Sérgio Azougado - Ano XXXIII Julho 2007 Mensário Nº 376 Preço € 0,70



PORTE PAGO

ADFA em “Guerra” pela Saúde



SEDAM recebe documento “Estratégia Reivindicativa”

Pág 2



João Amaral Tomás compromete-se estudar dossier e responder à ADFA

Pág 2



MDN reafirmou princípio orientador para o Lar Militar

Pág 9

Exigimos da Nação a reparação moral e material a que temos direito

Presidência Portuguesa da União Europeia



Pág 2



Seminário “Stress Pós-Traumático de Guerra”

Pág 3

Delegações

Págs 4 a 6

Comemoração 10 de Junho

Pág 7

IX Encontro Desportivo

Pág 7

Direitos e Deveres

Pág 10

Entrevista

Pág 11

Candidatos à CML

Pág 12

Episódios

Pág 13

Opinião

Pág 15

Editorial

Pág 16



Pág 11

General Fialho da Rosa vai intervir junto da Direcção de Material e Transportes

Pág 2

Furriéis ADFA vai colocar situação ao Provedor de Justiça

Pág 16

Informações

Audiência com Chefe da Casa Militar

A ADFA esteve numa audiência com o Chefe da Casa Militar do presidente da República, General Carlos Alberto Carvalho dos Reis, que decorreu no dia 23 de Maio, pelas 10h00, onde foram expostos os seguintes temas: Entrega do Programa Eleitoral e Plano de Actividades da ADFA para o Ano de 2007; entrega do documento “Estratégia Reivindicativa”, aprovado em Assembleia Geral Nacional, no dia 31 de Março do corrente ano e o discurso do presidente da Assembleia da República, proferido em 14 de Maio na Sessão Solene Comemorativa do 33º Aniversário da ADFA.

Foi abordado também o tema da assistência médica aos deficientes militares e suas famílias: Novo enquadramento aprovado pelo Decreto-Lei 167/2005, de 23 de SET; assistência no âmbito do Decreto-Lei nº 43/76, de 20JAN; realização de um seminário relativo à saúde dos deficientes militares e suas famílias e o IRS.

No âmbito da Estratégia Reivindicativa da ADFA e após audiência com o chefe da Casa Militar, foi decidido elaborar um memorando sobre as grandes questões que preocupam a Associação e que irá servir de base para o pedido de uma audiência ao presidente da República, Cavaco Silva.

Rede Nacional de Apoio

A presidente da Rede Nacional de Apoio (RNA) - Stress Pós-Traumático, reuniu-se com o 2º vice-presidente da DN, Lopes Dias, no dia 14 de Junho, pelas 16h00, no MDN, para informar a ADFA, que se prevê que o protocolo destinado a autorizar as ONG a preencher o Modelo 2, se efectue a curto prazo de acordo com data a marcar pelo SEDNAM, como também o orçamento aprovado para 2007, incluindo a rectificação orçamental para o preenchimento do Modelo 2.

Nesta reunião estiveram também presentes a técnica oficial de contas, Teresa Alvarez e psicóloga clínica, Teresa Infante.

Audiência com o SEDNAM

A audiência com o secretário de Estado da Defesa e dos Assuntos do Mar (SEDNAM), realizou-se no dia 18 Junho, com o presidente da ADFA, 1º vice-presidente e o 2º vice-presidente, com os seguintes assuntos: Entrega do documento “Estratégia Reivindicativa”, aprovado em Assembleia Geral Nacional no dia 31 de Março de 2007; discurso do presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, proferido na sessão Solene do 33º Aniversário da ADFA.

Deu-se conhecimento também do Memorando ela-

borado pela ADFA e seus anexos, a entregar à Casa Militar, para audiência com o presidente de República, Cavaco Silva, constituído pelas matérias que estão a ser tratadas pelo Ministério da Defesa Nacional/SEDNAM, composto pelos seguintes pontos: carácter indemnizatório das pensões atribuídas aos deficientes das Forças Armadas; alteração ao artº. 87º do CIRS; Assistência na Doença aos Militares (ADM); proposta de alteração ao artº. 14º. do DL 43/76, de 20JAN; reestruturação das carreiras militares; clarificação do conceito de campanha; extensão do prazo de revisão por agravamento estabelecido no nº 3 artº 6º do DL 43/76, de 20JAN (na redacção do DL 244/90, de 10JUL), a todos os deficientes das Forças Armadas; situação dos deficientes das Forças Armadas oriundos dos PALOP; tramitação de processo: demora nos processos e a tributação automóvel.

General Fialho da Rosa vai intervir junto da DMT

A audiência com o chefe do Estado-Maior do Exército, General Fialho da Rosa, realizou-se no dia 20 de Junho, pelas 15h30, com o presidente da Direcção Nacional e o 2º vice-presidente.

Esta reunião teve como objectivo apresentar o assunto referente à adaptação de veículos a grandes deficientes e foi entregue o ofício que a ADFA enviou à Direcção de Material e Transportes (DMT), para tomar conhecimento e intervir.

Outros assuntos abordados foram: assistência médica, o internamento dos grandes deficientes 43/76; como também a entrega do documento “Estratégia Reivindicativa”.

Segundo o 2º vice-presidente, o General Fialho da Rosa, mostrou-se muito sensível às questões apresentadas e afirmou que iria intervir directamente junto da DMT, para que o problema se resolvesse. Sobre a assistência médica, disse não ser aceitável que não seja devidamente equacionada esta situação e considerou oportuno que a ADFA apresentasse de novo esta questão, pois considera ser uma questão da responsabilidade do MDN.

Comité Económico e Social Europeu

A reunião extraordinária da Mesa do Grupo III, interesses diversos, realizou-se no dia 2 de Julho, pelas 9h30, no Hotel Altis, em Lisboa.

O debate foi sobre a “Organização, Representação e Funcionamento das ONG numa Sociedade Democrática”.

Este acontecimento foi organizado em cooperação com a Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO) e o presidente da DN, José Arruda, esteve a representar a ADFA neste evento.

Presidência Portuguesa da União Europeia

Portugal assumiu no dia 1 de Julho até ao final do ano, a presidência do bloco comunitário europeu, actualmente com 27 países-membros, a maior operação político-diplomática e de segurança jamais organizada e conduzida pelo país.

A ADFA deseja que a presidência portuguesa da União Europeia, seja mais uma oportunidade para melhorar Portugal e adoptar uma política de igualdade a todos os cidadãos europeus, já que a responsabilidade social é um dos alicerces do modelo europeu.

ADFA em Guerra com a Assistência Médica

A ADFA foi recebida em audiência pelo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, João Amaral Tomás, no dia 4 de Julho, pelas 10h00, no Ministério das Finanças.

O objectivo deste encontro foi a apresentação das preocupações da ADFA, nomeadamente, a Assistência Médica aos Militares (ADM), sobre o DL 167/2005; o carácter indemnizatório das pensões atribuídas aos Deficientes das Forças Armadas e a proposta de alteração ao artº. 14 do DL 43/76, de 20Jan e a tributação automóvel.

Sobre a tributação automóvel, a ADFA irá apresentar um estudo, para aclarar alguns aspectos. Na perspectiva da reabilitação, é mais uma ajuda técnica, no âmbito da segurança e autonomia para os deficientes.

A prioridade da ADFA é sem dúvida a assistência médica, a grande razão das reivindicações apresentadas. A associação espera que sejam levadas em consideração e aprovadas, pois constituem um direito e não um privilégio.

Segundo o presidente da Direcção Nacional, José Arruda, acompanhado com o 1º vice-presidente, Artur Vilares, o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, disponibilizou-se de imediato, para tratar os assuntos apresentados com o secretário de Estado do Orçamento e prometeu uma resposta breve sobre os conteúdos.

Nesta audiência foi entregue o documento “Estratégia Reivindicativa” e outros documentos que apoiam a posição da ADFA.

João Amaral Tomás concluiu dizendo, que irá ter sempre a porta aberta para o diálogo.

Breves

20 Maio, Cerimónia de encerramento do XXII Congresso do CDS-PP, decorreu no Palácio dos Desportos de Torres Novas.

Neste Congresso a ADFA esteve representada pelo 3º Secretário da DN, Arlindo dos Santos.

22 Maio, Comemorações Oficiais do Dia da Cidade.

O presidente da Direcção Nacional esteve neste evento e foi convidado pela presidente da Câmara Municipal de Leiria.

31 Maio, Fórum Mensal “Competências Pessoais e Sociais das Pessoas com Deficiência – Um Projecto de Formação”.

O presidente da ADFA participou neste evento a convite do SNRIDP.

Pedido de Audiência

No âmbito da Estratégia Reivindicativa, a Direcção Nacional solicitou os seguintes pedidos de audiência:

– 21 Junho, presidente da Comissão Parlamentar de Defesa Nacional, Miranda Calha;

– 25 Junho, presidente da República, Cavaco Silva;

– 26 Junho, ministro da Defesa Nacional, Nuno Severiano Teixeira.

Acções de Formação - Rede Solidária

Decorreu no mês de Junho na Sede da ADFA, acções de formação sobre o Projecto ADFA - Rede Solidária, da responsabilidade do professor Arménio Sequeira, com a participação de todas as Delegações.

26 Junho, As Edições Afrontamento, lançaram o livro “África no Feminino”, As Mulheres Portuguesas e a Guerra Colonial, de Margarida Calafate Ribeiro, que contou com a presença do presidente da ADFA.

AGENDA

21º Reunião da CPAE/FMAC, irá decorrer de 6 a 11 de Abril de 2008, em Lisboa.

“Stress Pós-Traumático de Guerra”

Viseu foi o palco para o Seminário de “Stress Pós-traumático”, que se realizou no passado dia 27 de Junho, pelas 9h30, no Auditório da Assembleia Municipal – Solar dos Peixinhos.

As conclusões finais do seminário enviadas ao ELO foram as seguintes:

“O seminário “Stress Pós-Traumático de Guerra” foi dividido em três painéis, o primeiro focou a questão da guerra colonial e suas consequências, passados que estão 33 anos do seu terminus, no segundo foi feita uma breve caracterização do Distúrbio de stress Pós-traumático do ponto de vista clíni-

O Seminário:

- Realçou a fragilidade do Serviço Nacional de Saúde na Rede Nacional de Apoio ao Stress de guerra.
- Lançou novos desafios ao papel das ONG’s no despiste, avaliação e tratamento de ex-combatentes.
- Desafiou a organização de um simpósio na área da psicologia e psiquiatria no sentido de encontrar directivas de actuação comuns.
- A Guerra Colonial continua dramaticamente viva na mente dos ex-combatentes, passados 33 anos.



co e terapêutico e de um Grupo de auto-ajuda de mulheres e no último foi focada a realidade de apoio ao tratamento aos ex-combatentes a nível local.

Assim no primeiro painel foi feito um enquadramento político-militar da guerra colonial, com enfoque para o contexto da descolonização, da guerra-fria, e das sucessivas resoluções da ONU referentes à Guerra Colonial Portuguesa em África.

Os dois testemunhos de guerra referenciaram cenas chocantes vividas na Guiné e Moçambique e cujas memórias dos acontecimentos aí vivenciados continuam, ainda hoje, cravados na memória de cada um deles.

A nível institucional a ADFA foi e será o grande centro de reabilitação de muitos deficientes militares, desenvolvendo um trabalho em prol da defesa dos direitos destes.

Referenciou o papel dos deficientes das Forças Armadas como agentes de mudança na sociedade portuguesa afirmando a importância da organização ADFA junto do poder político. A escola da ADFA foi referenciada como modelo de trabalho em prol dos deficientes militares. Esta instituição conseguiu aglutinar muitos jovens e amenizar sentimentos de revolta e angústia em sentimentos de esperança, ajudando-os na sua integração.

A ADFA justificou a realização deste seminário em Viseu como a necessidade de se dar início a um processo para a criação de um pólo de apoio e tratamento a ex-combatentes afectados por esta doença.

No segundo painel foi feita uma abordagem à sintomatologia do Distúrbio de stress Pós-traumático, à prevenção e às abordagens terapêuticas. Cha-

mou-se à atenção para o facto do álcool estar muito associado a esta doença. Foi, também, feito um apelo para a necessidade de eleger medidas preventivas a serem adoptadas pelos militares antes da partida para as missões militares no estrangeiro. Foi exposto que



apesar das dificuldades no preenchimento do modelo 2 do Stress, o Hospital de S. Teotónio tem dado o apoio possível a esta questão.

Foi apresentada uma experiência sobre o grupo de ajuda mútua da APOIAR como suplementos de assistência profissional e que constituem um poderoso instrumento de intervenção psicossocial de mudança e um desafio para todos aqueles que se interessam pela promoção do bem-estar, da saúde e dos direitos sociais.

Por fim, no último painel foi apresentada uma abordagem sobre as considerações gerais e os modelos que permitem avaliar situações de stress, realçando as estratégias de tratamento.

A ADFA estabeleceu, em 2002, com MDN um protocolo que lhe permitiu entrar na Rede Nacional de Apoio - RNA, que no terreno actua com equipas de trabalho multidisciplinares, trabalhando as vertentes médica, psicológica e social. Este trabalho permite a estas equipas a identificação dos ex-militares que possam ter algum tipo de patologia relacionada com o cumprimento do serviço militar, e, em simultâneo efectuar o acompanhamento terapêutico aos familiares. A partir de Junho de 2007 foi permitido à ADFA a possibilidade de começar a realizar o diagnóstico desta doença e consequentemente a realização do modelo 2, nos casos em que o Serviço Nacional de Saúde não o efectue no prazo estabelecido (60 dias).”❖



O presidente da Câmara de Viseu, Fernando Ruas, frisou que o trabalhar em rede é fundamental e necessário, realçou a importância da criação de um pólo na cidade de Viseu para ajudar a solucionar o problema do Stress Pós-traumático de guerra. Apelou à divulgação destas iniciativas e afirmou que a Câmara tem as portas abertas para ajudar e colaborar com as instituições locais na busca de solucionar este problema. Por último, desejou que este seminário venha a dar bons frutos.❖

O 2.º vice-presidente da Direcção Nacional da ADFA, Lopes Dias, referenciou que só nas duas últimas décadas este assunto foi considerado pelas entidades governativas, referiu a necessidade de se criar um pólo da rede em Viseu. Disse que a ADFA teve e tem um papel fundamental na reabilitação dos deficientes militares e reforçou a questão do problema mental que muitos ex-combatentes e suas famílias sofrem.

Considera de extrema importância este tipo de iniciativas em prol destes cidadãos.❖

DELEGAÇÕES

AÇORES

Centro de Reabilitação

O presidente da Direcção Nacional da ADFA reuniu-se com a directora da Direcção Geral de Infra-Estruturas do MDN, para falar sobre o Centro de Reabilitação nos Açores.

O presidente da delegação dos Açores, Paulo Teves responsabilizou-se pelo envio à Direcção Nacional de uma proposta negocial, visando a cedência a título gratuito ou oneroso dos referidos terrenos, para implantação do Centro.

CASTELO BRANCO

“Stress Pós-Traumático de Guerra”

O Colóquio sobre “Stress Pós-Traumático de Guerra” realizou-se no dia 4 de Julho, pelas 14h00, no Auditório do Instituto Português da Juventude, em Castelo Branco.

O objectivo deste palestra foi fazer um esclarecimento sobre o stress de guerra e funcionamento da Rede Nacional de Apoio (RNA), da responsabilidade do Ministério da Defesa Nacional (MDN).

A ADFA divulgou o trabalho que vem desenvolvendo desde 2002, através da informação, identificação e acompanhamento a todos os ex-combatentes, com o apoio de duas equipas multidisciplinares de Lisboa e Porto.

A Associação passou a poder preencher o modelo 2 e interferir em todas as situações de identificação, despiste, tratamento e acompanhamento dos processos. O contributo da ADFA e de outras instituições, que também subscreveram o protocolo com a RNA-MDN, irá facilitar muitos processos de ex-combatentes afectados pelo stress de guerra, de modo a que estes vejam as suas situações reconhecidas, tanto em tratamento como em reparações materiais, quando for caso disso.

A Delegação de Castelo Branco irá esclarecer qualquer dúvida sobre patologias ligadas ao Stress, a todos os ex-combatentes associados ou não da ADFA.

Esta sessão foi presidida pelo 2º vice-presidente, Lopes Dias, a vereadora da Câmara Municipal de Castelo Branco, Cristina Granada, a psicóloga, Teresa Infante e o presidente da Delegação de Castelo Branco, João Carmona.

LISBOA

Reunião de associados

Realizou-se no passado dia 20 de Junho, uma reunião de associados da delegação de Lisboa, onde manifestaram a preocupação sobre o sistema de saúde, nomeadamente como estão a ser atendidos em vários serviços dos Hospitais Militares.

Foi referido o serviço de Fisioterapia, que não tem funcionado muito bem ultimamente, devido à sua morosidade na marcação de consultas e atribuição posterior das próteses.

Nesta reunião a decisão foi unânime, que toda a legislação pendente deve ser objecto de discussão com a Direcção Nacional, ficando esta obrigada a exigir ao Governo e que nunca deverá cair no esquecimento por mais promessas que os representantes destes nos venham aqui fazer.

Os 60 associados presentes na reunião manifestaram que no caso de não serem resolvidos os seus problemas, ter-se-á que encarar a hipótese de criar outra associação só de Praças, para que assim se possam sentir melhor representados.

No final da reunião fez-se um pequeno tributo, com um minuto de silêncio, em memória do associado n.º 2819, José Vitorino Barreiro Pires, falecido recentemente.

NÚCLEO DE AVEIRAS DE CIMA

Eleição da Direcção

Realizou-se no dia 13 de Junho de 2007, a reunião Plenária do Núcleo de Aveiras de Cima, destinada a eleger a Direcção daquele Núcleo, nos termos dos artigos 57º e 58º dos Estatutos da ADFA.

Esta reunião plenária foi dirigida pelo Presidente da Direcção da Delegação de Lisboa, Francisco Janeiro.

A reunião plenária teve início pelas 21h15, estando presentes dezoito associados residentes na área geográfica daquele Núcleo.

O presidente da Delegação de Lisboa sumariou os objectivos da reunião, realçando a importância da existência dos Núcleos, congratulando-se também pela presença dos associados que corresponderam à convocatória enviada pela Delegação.

No prosseguimento da reunião plenária deram entrada duas listas de candidatos à Direcção do Núcleo, lista A e lista B, passando-se de imediato à votação.

Ficando aprovada a lista A com nove votos; a lista B obteve seis votos havendo três votos nulos.

Assim a Direcção do Núcleo ficou constituída por: presidente: Joaquim Canteiro Abreu, associado nº 8607; 1º Vogal: Elisiário José Reis Seabra, associado nº 1768; 2º Vogal: Angelino da Silva Tavares, associado 14901.

Os Órgãos Sociais da Delegação de Lisboa saúdam a nova Direcção do Núcleo, desejando que a participação dos associados torne a ADFA mais viva e participativa naquela área.

Os Órgãos Sociais desta Delegação agradecem à Direcção cessante todo o seu bom empenhamento que tiveram em prol da vida associativa.

A Delegação de Lisboa continua apostada numa política de proximidade aos associados e familiares, que no dia a dia se defrontam com problemas sociais que podem ter a nível local, soluções mais rápidas e funcionais.

NÚCLEO DE SANTARÉM

Eleição da Direcção

Realizou-se no dia 14 de Junho de 2007, a reunião Plenária do Núcleo de Santarém, destinada a eleger a Direcção daquele Núcleo, nos termos dos artigos 57º e 58º dos Estatutos da ADFA.

Esta reunião plenária foi dirigida pelo presidente da Direcção da Delegação de Lisboa, Francisco Janeiro, que teve início pelas 21h15, estando presentes 26 associados residentes na área geográfica daquele Núcleo.

O presidente da Delegação de Lisboa informou os objectivos da reunião em questão, realçando a importância que os Núcleos têm para a Delegação de Lisboa, e a participação cívica dos nossos associados.

No prosseguimento da reunião plenária, deu entrada na mesa uma única lista de candidatos para a Direcção do Núcleo de Santarém, passando-se de imediato à votação.

Ficando a Direcção do Núcleo de Santarém constituído pelos seguintes associados: presidente: Joaquim Maria da Costa, associado nº 10 243; 1º vogal: António Francisco Asseiceiro Rufino, associado nº 915; 2º vogal: Leonel Fernandes Tomé, associado nº 15 434.

Os Órgãos Sociais da Delegação de Lisboa saúdam a nova Direcção do Núcleo, desejando que a participação dos associados torne a ADFA, mais viva e participativa naquela área.

Os Órgãos Sociais desta Delegação agradecem à

Direcção cessante todo o seu bom empenhamento que tiveram em prol da vida associativa.

A Delegação de Lisboa continua apostada numa política de proximidade aos associados e familiares, que no dia a dia se defrontam com problemas sociais que podem ter a nível local, soluções mais rápidas e funcionais.

PORTO

“Escola Alerta”

A escola secundária Augusto Gomes de Matosinhos encheu-se de alunos de estabelecimentos de ensino do Continente, Madeira e Açores no dia 5 de Junho, para a festa da entrega de prémios do concurso “Escola Alerta”.



A Directora daquela escola e a Secretária Nacional do Antigo Secretariado Nacional para a Integração e Reabilitação de Pessoas com Deficiência, actualmente Instituto Nacional de Reabilitação, deram as boas vindas aos presentes e realçaram a importância deste concurso que teve 104 trabalhos de concorrentes e que constaram não só da inventariação de barreiras multifórmes (sociais, da comunicação e urbanístico - arquitectónicas), existentes na escola, na rua, no bairro onde residem, nos transportes ou noutros e espaços públicos, como também contemplam vias de solução para a sua eliminação, incluindo compromissos protocolados com diferentes entidades.

Para além do presidente da Câmara Municipal de Matosinhos que referiu ter sido aluno da escola Augusto Gomes era por isso com prazer e muito orgulho que se encontrava naquela festa, interveio também a Secretária de Estado Adjunta da Reabilitação, Idália Moniz, para dar conta da importância que ano após ano o projecto “Escola Alerta” vai alcançando, assim como os benefícios que no futuro poderão advir do interesse que os jovens têm manifestado sobre este tema, nomeadamente assumindo uma nova mentalidade geradora de novos comportamentos sociais e culturais.

A entrega de prémios contou com a participação do presidente do Conselho de Administração do grupo Auchan (Jumbo - Pão de Açúcar), com quem o Instituto Nacional de Reabilitação fez uma parceria no intuito de envolver as empresas na problemática da melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade no Património edificado nos espaços públicos.

A festa foi animada pelo grupo de Gigantones da APPACDM de Viana do Castelo, o grupo de Dança do espaço T e o grupo de Dança Rap da CERCIMOR. A apresentação do programa da festa esteve a cargo do actor mais conhecido por menino Tonecas.

AGENDA

NÚCLEO DE CHAVES

Gabinete de Enfermagem

A Escola Superior de Enfermagem de Chaves e a Delegação do Porto da ADFa, celebraram um protocolo para a criação e funcionamento do gabinete de enfermagem nas instalações do Núcleo de Chaves.

A abertura deste novo serviço de saúde teve lugar no dia 13 de Junho, com a presença da directora daquela escola de enfermagem que se fez acompanhar da professora coordenadora e dos alunos de enfermagem. Também estiveram presentes dirigentes da delegação e do núcleo, bem como várias dezenas de associados e familiares.

Este serviço irá funcionar todas as 4^a feiras das 9h30 às 12h30, com excepção do mês de Agosto, será assegurado pelos alunos da Escola de Enfermagem e terá como objectivos: dar resposta às necessidades e solicitações dos associados; proporcionar um espaço de apoio, assistência e convívio; promover a saúde e bem-estar; desenvolver medidas de forma a garantir a assistência e apoio; facultar informação sobre os direitos e recursos.

Assim, será possível aos associados e familiares terem ao seu dispor um serviço gratuito, com a possibilidade de medição da tensão arterial, de conhecer o seu peso e de terem acesso a medidas de prevenção e formação no que toca à sua saúde.

Com esta iniciativa foi dado cumprimento a uma das acções planeadas pela direcção do Núcleo, para dar apoio aos associados e familiares.

NÚCLEO DE SANTA MARIA DA FEIRA

Proposta de actividades

O presidente da Câmara Municipal de Santa Maia da Feira, recebeu no dia 12 de Junho, a direcção do Núcleo da ADFa daquela cidade, com o objectivo de dar a conhecer as actividades que pretende desenvolver na área do núcleo.

Entre as questões abordadas salienta-se a situação das actuais instalações, que não satisfazem os interesses dos associados, bem como a participação da ADFa na escolha do Provedor Adjunto para a Deficiência no Concelho e no Conselho Local de Acção Social da Feira (CLASF).

O autarca mostrou-se receptivo às questões que lhe foram transmitidas, tendo apresentado algumas sugestões para a concretização do projecto relacionado com a futura Sede.

DESPORTO

Final "2º Torneio de Bilhar"

Durante os meses de Maio e princípios de Junho, realizou-se o 2º Torneio de Bilhar, aberto a associados e membros da comunidade local.



A final teve lugar no dia 8 de Junho e foi disputada pelo associado David Moura e pelo elemento da comunidade local Manuel Martins, acabando por vencer este último.

CASTELO BRANCO

Férias, de 13 a 31 de Agosto, a delegação estará encerrada. Qualquer assunto urgente contactar o n.º 917064226.

COIMBRA

Férias, de 1 a 16 de Agosto, a delegação estará encerrada.

Convívio, Domingo, dia 2 de Setembro, pelas 12h00, no Parque das Merendas de Montemor-o-Velho.

Carta Campista 2007, podem ser requisitadas na Delegação de Coimbra com pagamento prévio.

ÉVORA

Férias, de 2 a 17 de Julho e 6 a 17 de Agosto, a delegação estará encerrada.

LISBOA

Comemoração do 6º Aniversário, no dia 14 de Julho, pelas 13h00, no restaurante "Oficina dos Sabores", em Aveiras-de-Cima.

Se pretende ir ao almoço o custo é de 15 euros e no acto da reserva deverá escolher entre: Bacalhau no forno ou Vitela estufada.

Reservas: até dia 12 de Julho, na Sede, D^a Conceição Valente ou pelo telefone 21 751 2600.

MADEIRA

Comemoração do 26º Aniversário, no dia 21 de Julho, pelas 13h00, no restaurante "MANY", na Fajã da Areia, no Concelho de São Vicente.

Informações e inscrições: com delegação até ao dia 17, para os seguintes números de telefone: 291765171 ou 969963517.

Comunicamos que haverá transporte com partida às 10h30, junto da delegação.

Aviso aos Associados

Nos dias 18 e 20 de Julho, será efectuado o levantamento de 48 euros, referente às quotas do corrente ano, aos associados residentes na área de delegação da Madeira que aderiram ao pagamento por transferência bancária.

O dia 18, diz respeito aos pensionistas com pensões de preço de sangue e de sobrevivência e o dia 20, aos pensionistas de invalidez.

O presidente da Direcção de Delegação, sublinhou no decorrer desta sessão "a importância e interesse associativo neste tipo de eventos, os quais sendo abertos à participação da comunidade local vão ao encontro de um princípio defendido na gestão associativa, que é o de promover a inclusão social".

Neste torneio participaram 30 jogadores distribuídos por quatro séries.

VISEU

Convívio de Stº António

Já há alguns anos, que um grupo de associados vem no dia 13 de Junho ao Santo António, em Mangualde. Aqui se almoça, se trocam impressões, se convive, à sombra do pinheiro e este ano, com a colaboração do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, que aí mandou colocar uma mesa e uma placa com o nome: "Cantinho ADFa", que vai ficar para sempre a

NÚCLEO DE LEIRIA

Férias, de 16 de Julho a 5 de Agosto, o núcleo estará encerrado.

NÚCLEO DE SANTA MARIA DA FEIRA

Piquenique, Domingo, dia 15 de Julho, pelas 10h00, no lugar de Nadais, junto ao rio Uíma.

Caso pretenda ir o preço por pessoa é de 10 euros, as inscrições são efectuadas no núcleo de Santa Maria da Feira ou na delegação do Porto.

VISEU

Férias, de 13 a 31 de Agosto. Qualquer assunto urgente contactar o n.º 919356741.

PORTO

IV Semana Desportiva de 9 a 13 de Julho



Pelo IV ano consecutivo, irá realizar-se, um conjunto de actividades no âmbito do programa desportivo da Delegação do Porto, com o objectivo de fomentar a prática do desporto adaptado e propiciar momentos de confraternização, com a seguinte programação:

- **09 de Julho** – 9h00 - Encontro de Participantes / Organização de grupos/ Exames Médicos; 12h00 – Almoço; 14.00H – Goalball / Reflexão/ Avaliação

- **10 de Julho** – 8h00 - Encontro de Participantes / Partida para Cabeceiras de Basto, com destino ao Parque de Merendas "Vinha de Mouros" / Caminhada; 13h00 - Almoço convívio com os associados da área / Jogos Populares / Regresso ao Porto / Reflexão/ Avaliação

- **11 de Julho** – 9h00 - Encontro de Participantes / Partida para S. João da Madeira, para participar na Taça de Portugal em Boccia – Sénior; 13h00 – Almoço, Porto / Torneio de Boccia ADFa Porto / Reflexão/ Avaliação

- **12 de Julho** – 9h00 - Encontro de Participantes / Vela Adaptada (Póvoa de Varzim) / Jogos de Mesa; 13h00 – Almoço / Vela Adaptada (Póvoa de Varzim) / Jogos de Mesa / Reflexão/ Avaliação;

- **13 de Julho** – 9h00 - Encontro de Participantes / Natação; 13h00 – Almoço / Exposição de Fotografia; 15h00 – Encerramento

Inscrições: Associados e Instituições de pessoas com deficiência com limite de inscrição até 5 de Julho.

constar a passagem por ali da família combatente deficiente das Forças Armadas.

Em nome da Associação dos Deficientes das Forças Armadas - Delegação de Viseu, enalteço a obra do presidente da Junta, não só na freguesia de Mangualde, mas também como membro fundador desta grande e prestimosa Instituição que é a ADFa.

Neste convívio compareceram 26 pessoas, que ali conviveram numa franca e sã camaradagem, em recordação do passado e planificando o futuro.

Estratégia Reivindicativa

Conforme documento aprovado em Assembleia geral da ADFa, no dia 31 de Março de 2007 e enviado pela Direcção Nacional às doze Delegações da ADFa, Viseu está em acção na divulgação deste trabalho de informação junto de todas as entidades responsáveis e órgãos de comunicação social, de como, volvidos 33 anos depois do 25 de Abril liber-



DELEGAÇÕES

tador, estão os combatentes deficientes das Forças Armadas a ser tratados pelo poder que governa Portugal.

No momento, reunimos com o Comandante do Regimento de Infantaria 14 e o presidente da Câmara Municipal de Viseu, estando a aguardar já há algum tempo uma audiência com o Governador Civil, para que a partir daqui dar a nossa visão sobre toda esta problemática de reconhecimento pelo dever cumprido, ao serviço da Pátria.

32º Aniversário

A Delegação de Viseu, comemorou o seu 32º aniversário que este ano foi vivido com a principal sigla da mudança, o que de facto desejamos que assim seja, para bem de todos os associados.

As actividades começaram no dia 17 de Abril, com

um colóquio na Escola EB 2+3, em Vouzela, no dia 24 na Escola Profissional Mariana Seixas, em Castro Daire e na Escola em Mangualde, no dia 26 na Escola do Viso, em Viseu e ao mesmo tempo com uma exposição no Centro de Formação Profissional de Viseu, alusiva ao 25 de Abril e a Guerra Colonial, incluída na Semana da Liberdade, de 20 a 30 de Abril de 2007, com a realização de dois colóquios, com um filme alusivo à Guerra Colonial.

As memórias de Abril levam-nos sempre aos Capitães de Abril, que quiseram e souberam fazer a revolução que, felizmente, foi sem sangue, a que o povo, cansado que estava de 13 anos de guerra colonial, de repressão, aderiu espontaneamente e com êxito, conquistámos a liberdade de que hoje desfrutamos.

Com o aniversário da Delegação de Viseu, no dia

5 de Maio, que teve o início com os associados e familiares na Delegação, seguido de Missa, na Capela do Regimento de Infantaria 14, a cerimónia de homenagem aos mortos, no Monumento aos Combatentes do Ultramar, com deposição de coroa de flores pelo José Arruda, presidente da Direcção Nacional da ADFA, acompanhado pelo presidente da Delegação e representante do Governo Civil, que se comoveu imenso ao ouvir as palavras do presidente da DN, que ali estava a homenagear mais de onze mil mortos que tombaram nas guerras do Ultramar, aos quais foram prestadas honras militares por um pelotão do RI 14, gentilmente cedido pelo comandante.

Depois seguiu-se o almoço/convívio, com animação para os mais de 180 associados e familiares, aos quais se agradece a presença de todos. ❖

Reflexão

A Delegação de Lisboa vai fazer seis anos no próximo dia 12 de Julho de 2007.

É uma Delegação ainda muito jovem, comparada com outras Delegações que já têm quase tanta idade como a nossa ADFA.

Quando a nossa Delegação foi criada, muitos de nós expressaram toda a sua vontade em transformar e levar por diante um projecto e um conjunto de reivindicações que a nosso ver se encontravam paralisadas e já mais tinham sido cumpridas em prol daqueles que deram o seu sangue à Nação.

Hoje, quando a Delegação de Lisboa vai comemorar o seu sexto aniversário, volvidos que são já quarenta e seis anos sobre o início da guerra colonial e depois de trinta e três anos da mesma ter terminado, nós os deficientes militares, continuamos a sentir grandes injustiças, o que quer dizer que ainda há muito por fazer por aqueles que foram obrigados a ir para uma guerra por imposição de um estado totalitário que nos governou até ao 25 de Abril de 1974.

Tem sido óbvio para todos nós, que sentimos o que é ficar deficiente com vinte e poucos anos e que os sucessivos governos nunca quiseram assumir em toda a sua amplitude a desgraça de uma guerra que nos marcou para o resto das nossas vidas.

Assim, podemos ainda hoje contactar com a distância do tempo já decorrido do porquê de tanta dificuldade em reparar os danos causados, a muito de nós que há mais de trinta anos lutamos para ver os nossos processos resolvidos.

Não podemos compreender, muito menos aceitar, que muitos militares oriundos dos PALOP, que se deficientaram ao serviço das Forças Armadas Portuguesas continuem indefinidamente a aguardar que os seus processos sejam resolvidos e assim permanecendo aqui em Portugal com muito poucas condições de uma vida digna.

Há seis anos que chamamos a atenção para o Lar Militar criado em 1964 por Salazar e financiado por instituições particulares e que se destinava exclusivamente a acolher quem ficasse grande deficiente. Assim, passado este tempo desde o início do projecto reivindicativo, iniciado pelos órgãos sociais da Delegação de Lisboa e

seus associados, nada se conseguiu que durante esse tempo, viesse pelo menos colmatar as muitas injustiças que ainda hoje perduram no seio de muitos de nós.

E porque razão não se fez justiça? Não foi por falta de coragem dos associados.

Hoje, que a nossa média de idades poder-se-á dizer que deve de andar pelos 61 anos, havendo muitos de nós que já rondam os 70, a A.D.F.A só precisa de Dirigentes audazes e com Visão de Fundo, para contrariar um Estado que vem fazendo a sua parte, que é aguardar calmamente a “solução biológica” que nos vai atingindo pouco a pouco com o passar dos tempos. O facto de termos sido vítimas de uma guerra parece criar incómodo para quem deve ter a responsabilidade de nos dar uma existência digna.

Lembramo-nos que até um dado tempo da guerra, levavam-nos vivos e recusavam-se trazer-nos mortos. Um Estado nunca deve, no nosso entender, renegar o passado, porque este tem que ter Referências e Valores.

Também, nós, devemos todos os dias lembrar que não esquecemos o passado e estarmos com os pés na terra e os olhos no futuro.

E, sempre atentos ao nosso dia a dia, para muitos de nós a quem a terceira idade chegou muito precocemente, motivada por uma guerra que a todos deixou marcas e que estas reflectem-se com o passar dos anos, agravando-se sobretudo no fim da vida.

Por isso, nunca será demais lembrarmo-nos que estamos aqui e sobretudo que os Dirigentes da ADFA recordem a quem de Direito que as responsabilidades já mais podem vir a ser escamoteadas por aqueles que exercem funções de elevada responsabilidade.

E nós, como Dirigentes, também não devemos estar num estado de serenidade fazendo crer que por cá tudo bem.

Devemos lembrar-nos que Nós só Somos Nós, quando formos além de Nós. ❖

Delegação de Lisboa

Os Esquecidos da Pátria Portuguesa

Lembro os esquecidos da memória, que as guerras deixam sempre vestígios, de alguma maneira dolorosos, como o stress de guerra que aparece sempre anos depois das mesmas guerras, apesar das distâncias dos factos e do tempo, os governos de Portugal esqueceram em nome dos interesses pessoais, tanto os do ex-Estado Português da Índia, como os das ex-Colónias de África e de Timor Leste.

Os prisioneiros de guerra foram totalmente esquecidos durante muitos anos, Portugal viveu e sofreu muitas tormentas com muita ignorância da parte dos nossos governantes, daí a falta da língua portuguesa em Goa, Damão e Diu, como eu próprio notei nos fins de Fevereiro de 2007 numa visita à Índia, onde notei que só se fala Inglês, Cocanim e Indi, o Português foi posto de parte e só raras pessoas falam Português e alguns até se nota medo de falar a língua do nosso camarada Camões, que também era deficiente de guerra e também não lhe foi feita justiça em devido tempo.

Nos tempos da Índia, quando os militares portugueses, na hora da invasão inimiga, por milhares de forças da união Indiana, com muito melhores condições que não é bom comparar, apenas tivemos uma hipótese: morrer gloriosamente pela nossa bandeira, mas os que não tiveram tempo para isso, foram feitos prisioneiros

com algumas torturas pelo meio, sofrendo barbaramente com trabalhos forçados e fome e algumas atrocidades de alguns militares indianos como é óbvio.

O governo da ditadura portuguesa, deixou explícito que quem se evadisse dos campos de concentração seria considerado desertor como traidor à sua pátria, quando finalmente regressámos a Portugal esperava-nos a recompensa da prisão ou qualquer outro género de castigo.

Muitos anos se passaram sobre esta verdade e a Revolução dos Cravos continuou a ignorar a situação, não só dos prisioneiros do ex-estado português da Índia, como também de muitos que se deficientaram nas ex-colónias portuguesas de África, como no dia 14 de Maio de 2007 o senhor presidente da A.R. Dr. Jaime Gama, disse na ADFA em Lisboa: que Portugal deve resolver os problemas dos militares que se deficientaram ao serviço das honrosas Forças Armadas em defesa da Bandeira Nacional, tanto nacionais como das ex-colónias ao serviço de Portugal, porque com 33 anos de Democracia já era tempo de resolver as feridas deixadas em aberto pelas guerras nas ex-colónias. ❖

Delegação de Faro

Comemoração do 10 de Junho

Realizou-se no dia 10 de Junho mais um Encontro Nacional de Combatentes.

Do programa fez parte: Missa no Mosteiro dos Jerónimos às 10H30; às 11H30 concentração junto ao Monumento aos Combatentes do Ultramar em Belém, Lisboa.

A comissão Executiva do 14º Encontro Nacional de Combatentes convidou a ADFA que esteve representada pelo Presidente da Direcção Nacional, José Arruda, e pelo 3º secretário Arlindo Santos.

Depois da Cerimónia inter-religiosa (católica e muçulmana), discursou o orador convidado, Hernâni Lopes, que a dado período da sua intervenção afirmou:

“O vosso combate em África não pode ser visto no quadro limitado da circunstância histórica de 1961 a 1974.(...)”

Esses 13 anos devem ser analisados e perspectivados numa tripla leitura:

(...) O vosso esforço não foi perdido, nem inútil,(...)

E a nossa vantagem adicional é que, mais além e mais fundo do que o vulgar pragmatismo económico e comercial de tantos, temos uma visão nobre que nos permite ascendermos a um nível superior de síntese.

É que também compreendemos que a luta armada dos vários movimentos de libertação que contra nós lutaram em África também não ficou perdida, não foi inútil, nem acabou vazia; deu origem, na sequência do 25 de Abril de



1974, a cinco novos Estados soberanos em África, em 1975 – tal como Portugal em 1179, o Brasil em 1822 e Timor-Leste em 2000.(...)”

O secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, João Mira Gomes, também discursou e depois de se referir às entidades e Combatentes, salientou uma saudação muito especial para os dirigentes das Associações de Antigos Combatentes ali presentes. E disse; *“A confraternização, a alegria do reencontro, são, certamente, motivações muito fortes que justificam o elevado número de participantes neste Encontro e em Encontros passados”(...)*

O secretário de Estado referia-se aos milhares de Combatentes e familiares que se quiseram juntar nesta homenagem aos portugueses que morreram em

defesa da Pátria e na verdade, mesmo com as condições atmosféricas a ameaçar chuva, milhares de pessoas ali permaneceram horas de pé, pois o espaço que lhes foi reservado foi um campo raso em que só a fila da frente tem condições de visibilidade, não tendo em conta que se trata de uma faixa etária na casa dos 60/70 anos e muitos deles com graves deficiências adquiridas na Guerra como constatamos junto de amputados e bi-amputados de pernas que tiveram esse desabafo, mas, ali permaneceram prestando a sua homenagem.

Mais disse o Secretário de Estado: *“Existe, porém, um outro valor que, em minha opinião, merece ser reforçado. Refiro-me à unidade entre todos os Combatentes e suas Associações. Se entenderem dar corpo e organização a*

essa vossa vontade, se for essa a vossa determinação, saibam que podem contar com o apoio do MDN. (...)

E terminou dizendo: *“Uma última palavra, por isso, para homenagear todos aqueles cujos nomes constam das lápides deste monumento; faço-o sem esquecer, igualmente, aqueles que embora ausentes deste monumento, demonstraram abnegação generosa e grau de sacrifício idênticos, tendo pago com a vida o preço da missão*

A todos, não só os que pereceram, não só os aqui presentes, não só os ex-combatentes, não só os militares no activo, não só os que actualmente estão fora das fronteiras em missões de paz integrando Forças Nacionais Destacadas, a todos, Portugal diz: Muito Obrigado, Bem Hajam.

Seguiu-se a Homenagem aos mortos, com a deposição das coroas de flores.

O Hino Nacional foi tocado pela Banda da Armada; e cantado pela cantora Alexandra;

No final os porta-guiões desfilaram sob fortes aplausos, o Guião da ADFA foi transportado pelo associado João Margarido, “paraquedista”. Seguiu-se ainda, demonstração de meios aéreos da FAP. Terminou com o almoço convívio.

Também foi comemorado o 10 de Junho em Oeiras, onde a ADFA foi representada pelo Presidente da DN José Arruda e pelo 3º Secretário Arlindo Santos. ❖

IX Encontro Desportivo para Deficientes



No passado dia 26 de Maio a Delegação de Lisboa, da ADFA, organizou na Sede Nacional um encontro desportivo para Deficientes, onde se disputaram as seguintes modalidades, Ténis de Mesa, Snooker, Remo e Sueca.

Participaram neste encontro além da ADFA, Associação Jovem Valor (AJOV), Associação Nacional de Afásicos (ANA), Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral (APPC), Associação Portuguesa de Surdos (APS), Grupo Desportivo Murtalense (GDM) e alguns atletas individuais, fazendo um total de 57 participantes.

O objectivo da delegação de Lisboa, ao dar continuidade à organização destes eventos desportivos que já existem desde a sua criação, é estreitar laços de amizade entre Associações de Deficientes, proporcionar às pessoas portadoras de deficiência a possibilidade de num salutar convívio, competir entre eles, disputando um prémio por vezes difícil de alcançar, mas que lhes dá um grande prazer e que ao fim sentem-se realizados com o objectivo atingido, repletos de alegria e satisfação como os seus rostos deixaram transparecer.



Com inscrição e almoço grátis, houve prémios e lembranças para todos.

Classificações: TÊNIS, Femininos: Cristina Espalha (AJOV). Masculinos: 1º Daniel Rosário (Individual), 2º Joaquim Braz (Murtalense), 3º João Domingos (ADFA), 4º Agostinho Leal (Individual).

SNOOKER: 1º Vicente Lopes (Individual), 2º José Moreira (ADFA), 3º Bruno Brito (APPC).

REMO: Femininos: Carla Ferreira (AJOV), Masculinos: 1º Jorge Pedro (APPC), 2º Mário Lima (ANA), 3º Hélder Bruno (APPC).

SUECA: 1º Mário Oliveira/Hélder Bruno (APPC), 2º Anselmo Santos/Victor Rodrigues (APPC), 3º João Correia/Eduardo Martins (APPC), 4º Jorge Pedro/Marco Ferreira (APPC).

Patrocínios, Câmara Municipal de Lisboa, Federação Portuguesa de Remo, Junta de freguesia do Castelo e Rui Nabeiro (DELTA).

Segundo opinião do Presidente da Delegação de Lisboa, Francisco Janeiro, os próximos eventos vão passar a realizar-se num dia de semana, pelo facto de algumas Associações se encontrarem encerradas aos Sábados. ❖

COM O APOIO DA



Fundação
Portugal Telecom



Linha PTVoz Activa

Oiça ou amplie os textos
através do seu computador.

Linha PTVoz Activa

Poderá obter mais informações através da
Linha Directa Soluções Especiais PT
800206206 - dias úteis das 9h às 19h
solucoes.especiais@telecom.pt
www.ptcom.pt
www.fundacao.telecom.pt
Lojas PT

Soluções Especiais PT

Afirmação Inequivoca do MDN sobre os Fins do Lar Militar

Mira Gomes quer um Centro de Reabilitação com Valências semelhantes ao CRPG

A ADFA foi informada da decisão do secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar (SEDAM), Mira Gomes, relativo ao despacho de 1 de Junho, sobre o projecto apresentado pelo presidente da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP), Luís Barbosa.

O despacho refere que para uma melhor apreciação dos projectos apresentados pela CVP, convirá convocar uma reunião do Conselho Consultivo do Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa (CCLMCVP).

Por outro lado, torna-se necessário dar cumprimento integral ao despacho de 18.VII.2006 pelo que a CVP deverá solicitar ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS) a avaliação das infra-estruturas e valências no Lar Militar da CVP.

Os trabalhos a desenvolver pelo CCLMCVP deverão ter como princípio orientador o objecto do Lar, isto é a prestação de apoio e cuidados a grandes deficientes militares.

Aquele mesmo princípio deverá estar subjacente ao projecto de criação de um Centro de Reabilitação – o que não afasta possibilidade da capacidade sobranter ser utilizada por deficientes não militares. A este propósito convirá explorar com a ADFA um modelo de parceria e a criação de valências semelhantes ao existente no Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG).

Lembramos que a ADFA no seu caderno eleitoral,

O novo projecto do Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa apresentado ao SEDAM, não engloba os deficientes militares e para ser aprovado terá de ser reformulado

O novo projecto Lar Militar intitulado “Modelo Diferenciado e Actual de um Projecto de Reabilitação e Reintegração de Vítimas de Deficiências adquiridas”, foi enviado ao SEDAM, no mês de Maio do corrente ano, pelo presidente Nacional da CVP.

Um plano cujo público-alvo não incluiu os deficientes militares para quem este Lar foi construído.

Porém, o LMCVP, de acordo com o respectivo regulamento interno, aprovado pelo secretário de Estado da Defesa Nacional, em 20 Novembro de 1996, diz que é um equipamento social destinado “a acolher e a reabilitar grandes deficientes militares dependentes e, de um modo geral, a tratar, prevenir ou minimizar deficiências físicas, proporcionando apoio médico-sanitário e bem-estar físico e moral”.

A proposta da CVP, pretende obter apoio financeiro específico, para a construção e equipamento, no espaço do LMCVP, de um novo edifício para residentes, num total estimado de um milhão de euros. Em anexo consta também um ante-projecto relativo à instalação no Lar Militar de um Centro de Reabilitação, denominado por “Novo edifício para residentes do Lar Militar”, que não tem memória descritiva do edifício.

Este projecto é essencialmente um texto de reflexão sobre a reabilitação e não tem por destinatários-alvo os deficientes militares e por este motivo o projecto apresentado não é viável de acordo com o regulamento interno do LMCVP, pois contraria as premissas que levaram à sua criação, o acolhimento de deficientes militares.

Um facto curioso é verificar-se que o Ministério da Defesa Nacional (MDN) foi excluído das entidades financiadoras apresentadas no projecto.

Lembramos que a gestão e direcção do LMCVP é

triénio 2007/2009, sobre o despacho proferido sobre o Lar Militar em 2006, referiu que o secretário de Estado da Defesa Nacional, mandou “efectuar uma avaliação externa à estrutura e aos serviços prestados tendo em conta os níveis de qualidade e multidisciplinaridade que o funcionamento deste tipo de equipamento social exige.”

Sobre este assunto, publicamos a posição dos Órgãos Nacionais da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, sobre o despacho do SEDAM de 1 de Junho:

1 – A Associação dos Deficientes das Forças Armadas – ADFA congratula-se com o teor do despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar em relação às propostas de desenvolvimento no Lar Militar “apoio e cuidados a grandes deficientes militares”, missão essa que esteve na própria origem da sua criação.

2 – A ADFA manifesta, uma vez mais, a sua profunda preocupação pelo modo como tem funcionado o Lar, numa lógica de mero assistencialismo, desprovido de um projecto técnico de apoio a grandes deficientes, desfasado do previsto no Regulamento do Lar Militar, o qual, apesar de conter uma filosofia que carece de actualização na sua formulação conceptual e técnica, previa, de qualquer modo, apoios que não estão a ser assegurados. Não podemos também deixar de realçar a posição da Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional, pelo seu rigor, competência e sentido de reparação devida aos Deficientes Militares, sempre manifestada tanto nas reuniões do Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas (CCADFA), como na definição das políticas gerais de reabilitação e integração dos deficientes das Forças Armadas.

3 – O projecto e filosofia do Lar deveriam ser actualizados para assegurar um apoio qualificado a grandes deficientes militares dependentes, num contexto de residência assistida, assegurando cuidados de reabilitação de manutenção, garantindo os mais elevados níveis de qualidade de vida possíveis aos residentes.

4 – Tal estratégia implica, de facto, alterações significativas ao nível das instalações, da lógica de funcionamento, da constituição da equipa técnica, das dinâmicas de gestão, alterando completamente o actual modelo de funcionamento, o qual preocupa profundamente a ADFA e também o MDN.

5 – A ADFA entende que, quaisquer desenvolvimentos que possam ocorrer no Lar que, não pondo em causa a sua missão, possam mesmo contribuir para a necessária e desejada alteração significativa do seu modelo de funcionamento (acoplando-lhe uma componente de reabilitação), poderão constituir uma mais-valia em primeiro lugar para os deficientes militares, e para outras pessoas com deficiências.

6 – Nesse contexto, a dinâmica de criação de um centro de reabilitação deveria ainda incluir as componentes de reabilitação funcional e de ajudas técnicas para apoiar todos os deficientes das forças armadas que necessitam desses apoios, esses e outros também disponíveis para pessoas com deficiência que deles necessitassem.

7 – A ADFA considera que seria fundamental a estabilização de um entendimento entre o Ministério da Defesa Nacional e as partes interessadas sobre estas matérias através de um acto formal de protocolo, bem como entende que deveria ser assegurada a sua participação num órgão de supervisão de definição da estratégia e da gestão daquela estrutura, de modo a que possa acautelar os interesses que representam, a todo o tempo.

8 – Para estudar e elaborar os desenvolvimentos técnicos necessários, a ADFA disponibiliza o apoio do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia – CRPG, entidade participada pela ADFA e que dispõe de elevadas competências, reconhecidas nacional e internacionalmente.

9 – Os Órgãos Nacionais da ADFA, face à matéria relevante para a reabilitação e qualidade de vida dos Deficientes Militares, que este projecto consubstancia, a todos os níveis, decidem de acordo com os Estatutos desta Associação submeter todo este processo a decisão dos competentes Órgãos Nacionais.

O presidente da Direcção Nacional da ADFA
José Eduardo Gaspar Arruda

da competência da Cruz Vermelha Portuguesa que tem apoio do Estado, assegurado pelo Ministério da Defesa Nacional (MDN). Compete ao Ministro da Defesa Nacional exercer a superintendência desta instituição, na administração dos recursos e correcta execução da legislação.

O Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa (LMCVP) foi construído em terrenos cedidos pela Câmara Municipal de Lisboa com a finalidade exclusiva de ser um lar para inválidos militares, donde quaisquer alterações

ao fim a que se destina aquela infra-estrutura viola os princípios legais, inviabilizando qualquer projecto que não contemple os objectivos para que foi criado.

Sendo assim, a CVP deveria ter tido em conta a população-alvo do LMCVP, os deficientes militares, com patologias específicas, idade e rede de relações sócio-familiares.

Este projecto para ser aprovado pelo SEDAM terá de ser reformulado, embora seja claro que este plano não coincide com o regulamento do Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa. ♦

Maria José Carriço

Direitos e deveres

No passado dia 01 de Junho de 2007, entrou em vigor o novo regime jurídico de protecção nas eventualidades invalidez e velhice do regime geral de segurança social (Decreto-Lei nº 187/2007 de 10 de Maio).

Tendo por objectivo a sustentabilidade a longo prazo do sistema de segurança social português, o novo diploma legal altera as regras de cálculo das pensões por velhice e invalidez e define as regras de acumulação e coordenação de pensões.

Dada a extensão e a complexidade do referido decreto-lei, enunciam-se as alterações que poderão revestir maior interesse para o universo dos deficientes militares, beneficiários da segurança social, abordando de forma sumária, as novas regras das pensões de velhice e de invalidez.

No que toca à atribuição de Pensão de Velhice, para além da observância do prazo de garantia (15 anos civis, seguidos ou interpolados com registos de remunerações) depende ainda do beneficiário ter idade igual ou superior a 65 anos de idade, reforçando-se, neste último caso, os incentivos ao chamado envelhecimento activo (até aos 70 anos), mediante a aplicação de uma taxa de bonificação atribuída por cada mês efectivo de trabalho adicional, concedendo ainda aos beneficiários com carreiras acima de 46 anos tratamento diferenciado.

Pode, todavia o beneficiário antecipar a sua Pensão de Velhice, fazendo uso dos seguintes regimes:

I) Flexibilização da idade de pensão de velhice:

O beneficiário que tenha pelo menos 55 anos de idade e que, à data em que perfaça esta idade, tenha completado 30 anos civis de registo de remunerações relevantes para o cálculo da pensão.

Tal opção comporta uma redução da pensão de 0,5% por cada mês de antecipação em relação aos 65 anos. Porém, o número de meses de antecipação é reduzido de 12 meses por cada 3 anos nos casos em que exceda os 30 aos 55 anos de idade.

Nos termos da lei, é proibida a acumulação de pensão antecipada de vel-

Novo Regime Jurídico das Pensões de Velhice e de Invalidez na Segurança Social

hice, atribuída no âmbito da flexibilização, com rendimentos provenientes do exercício de trabalho ou actividade a qualquer título, na mesma empresa ou grupo empresarial, por um período de três anos; A acumulação com exercício de actividade determina a perda do direito à pensão naquele período;

As pensões antecipadas por flexibilização com início até 31/05/2007 continuam abrangidas pela legislação anterior sobre o regime de acumulação com trabalho.

II) Antecipação da idade de pensão de velhice por motivo da natureza da actividade exercida: actividades especialmente penosas ou desgastantes: A estabelecer por lei;

III) Antecipação da idade de pensão de velhice por razões conjunturais: medidas temporárias de protecção específica a actividades ou empresas: A estabelecer por lei e tem como limite os 55 anos de idade do beneficiário;

IV) Antecipação da idade de pensão de velhice nas situações de desemprego de longa duração:

Nas situações de desemprego de longa duração e após esgotado o período de concessão do desemprego ou do subsídio social do desemprego (inicial), os beneficiários podem aceder à pensão de velhice, por antecipação de idade, nas seguintes condições:

Pensão antecipada a partir dos 57 anos se o beneficiário, na data do de-

semprego, tiver idade igual ou superior a 52 anos de idade e possua carreira contributiva de pelo menos 22 anos civis com registo de remunerações;

A pensão é reduzida em 0,5% por cada mês de antecipação em relação aos 62 anos.

Se o desemprego tiver sido com acordo, a pensão é ainda reduzida de 9% até aos 65 anos.

Pensão antecipada a partir dos 62 anos se o beneficiário, na data do desemprego, tiver idade igual ou superior a 57 anos e possuir o prazo de garantia exigido para a pensão.

A pensão não tem redução, salvo no caso do desemprego com acordo em que a pensão é reduzida de 9%, 6% ou 3%, conforme tenha 62, 63 ou 64 anos de idade na data de início da pensão.

Para os beneficiários que, em 01 de Janeiro de 2007 – data da entrada em vigor do novo regime de Protecção no Desemprego – tenham requerido ou estejam a receber prestações de desemprego mantêm-se em vigor as regras de antecipação de idade de acesso à pensão de velhice estabelecida em legislação anterior.

No que toca à atribuição da Pensão de Invalidez, o presente decreto-lei passa a contemplar dois tipos de invalidez: absoluta e relativa.

Considera-se que a invalidez absoluta – que traduz casos de incapacidade permanente e definitiva para a obtenção

de quaisquer meios de subsistência resultantes do exercício de qualquer profissão ou trabalho – deve merecer um cuidado especial. Assim, o prazo de garantia para a invalidez absoluta passa a ser de três anos civis, com a atribuição de um valor mínimo correspondente à carreira completa, a garantir de forma faseada até 2012 e que se mantém após os 65 anos.

Não é permitida a acumulação de pensão por invalidez absoluta com rendimentos de trabalho.

As pensões de invalidez em curso são convertidas em pensões de invalidez relativa, mantendo-se em vigor os regimes especiais de protecção na invalidez (paramiloidose, doença do Machado ou de Joseph, doentes seropositivos, doentes do foro oncológico e esclerose múltipla).

Os pensionistas de invalidez relativa (ou dos regimes especiais referidos) podem pedir a revisão da incapacidade.

Não tem direito à pensão de invalidez, nas suas modalidades, os pensionistas de velhice nem os beneficiários que reúnam condições de acesso à pensão de velhice.

De salientar que o DL 187/2007, possui disposições transitórias que visam salvaguardar direitos dos beneficiários inscritos na Segurança Social e apenas se aplicam às prestações requeridas ou promovidas após 01 de Junho de 2007 e que o factor de sustentabilidade (resultante da relação entre a esperança média de vida em 2006 e aquela que vier a verificar-se no ano anterior ao do requerimento da pensão) só entra em vigor a partir de 2008.

Alerta-se que a leitura do presente artigo não dispensa a consulta integral do diploma no Diário da República, I Série, nº 90, de 10 de Maio de 2007, sugerindo-se o aconselhamento prévio junto dos serviços da segurança social competentes, por ser a entidade conhecedora da carreira contributiva do beneficiário e que melhor elucidará o interessado. ❖

Jurista

Manuela Loureiro dos Santos

Saúde

O que fazer em caso de desmaio?

Deve tentar segurar a pessoa antes de ela cair no chão, posteriormente coloque a pessoa deitada no chão com a cabeça abaixo do nível do coração. No entanto, verifique se há respiração e pulso.

Eleve as pernas da pessoa 20 a 30 centímetros de altura, esta medida facilitará o fluxo de sangue para a cabeça.

A pessoa que está prestes a desmaiar deve deitar-se, caso não o possa fazer, ajude-a a sentar-se com o corpo inclinado para frente, colocando a cabeça entre os joelhos. Vire a cabeça da vítima para o lado, de maneira que a língua não caia para trás, obstruindo a

passagem do ar pela garganta, desaperte as roupas e aplique toalhas húmidas no corpo e pescoço.

Mantenha a pessoa aquecida, se o ambiente estiver frio.

O que não deve fazer: Forçar a pessoa a ficar de pé; abanar e dar estalos em alguém que estiver desmaiado; não tente dar comer ou beber, nem mesmo água, até que ela esteja completamente consciente.

Nunca deixe que a pessoa que desmaiou levantar-se até que a sensação de fraqueza tenha passado. ❖

María José Carriço

Breves

Lazer

Tirolô na Praia de Carcavelos

A viatura de apoio e transportes de pessoas com deficiência, irá estar disponível a partir de 22 Junho.

Os interessados devem contactar os Serviços Sociais da Câmara Municipal de Cascais, os Bombeiros de Carcavelos / S. Domingos de Rana ou ainda a Acercica.

Sociedade

Congresso

O 9º Congresso Nacional dos Organismos de Deficientes, “Não à Discriminação – Inclusão como Direitos Humanos”, irá decorrer nos dias 20 e 21 de Outubro, no Pavilhão Municipal de Exposições da Moita. ❖

Guia Acessibilidades e Mobilidade para Todos

A Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidades para Todos, Paula Teles apresentou o Guia das Acessibilidades e suas funcionalidades, no passado dia 6 de Junho, pelas 10h30, na Escola Superior de Enfermagem de Artur Ravara, no Parque das Nações.

A missão deste Guia é informar a população em geral, os técnicos autárquicos, dar visibilidade aos problemas que a falta de acessibilidade implica para as pessoas com deficiência ou mobilidade condicionada, em conformidade com a aplicação do Plano Nacional de Promoção das Acessibilidades.

Este livro irá ser uma ajuda técnica para todos aqueles que participam na construção das cidades, cujo objectivo é edificar um País sem barreiras acessível a todos.

O Guia de foi realizado pelo Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD) em parceria com o Instituto Nacional de Habitação (INH), o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), a Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidades para Todos (APPLA) e o Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA), enquadrando o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de

**“Instrumento
que nos responsabiliza a todos”**

**“O objecto fundamental
da nossa intervenção com deficiência e
as suas famílias”**

**“Um excelente exemplo de que é
trabalhar em parceria, envolvendo
entidades públicas e privadas”**

secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz

**“Acessibilidade para todos
é nesse sentido**

que trabalhamos em conjunto”.

secretário de Estado Ordenamento do território e das Cidades, João Ferrão

Agosto, conforme previsto no Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidades (PAIPDI) 2006-2009.

Os temas referidos na conferência foram: “Princípios, Ideia de Acessibilidade, o conceito do desenho universal”, abordada por Manuela Rosa, da Escola Superior de Tecnologia da Universidade do Algarve, e a “A prática do Decreto-Lei das Acessibilidades 163/06, exposto por João Branco Pedro, do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Constavam também no programa da apresentação do Guia, intervenções de Luísa Portugal, secretária Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, e de José Teixeira Monteiro do Instituto Nacional de Habitação.

O encerramento da sessão contou com a presença da secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz e o secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, João Ferro.

A este evento compareceram o presidente da Direcção Nacional da ADFA, José Arruda e o 1º secretário, Sérgio Azougado. ❖

Escrevem os associados

Nós, e os Outros

Desde tempos imemoriais que o homem se tornou lobo do homem! A sua sede de conquista, o aumento de poder, a ambição desmedida, o prazer maquiavélico em subjugar os mais fracos e vergar os mais fortes, tem sido um exercício tirânico e desmesurado, historicamente registado.

Infelizmente, estes procedimentos repetem-se frequentemente nos nossos dias; uns de forma mais subtil, outros, com a mesma brutalidade; só que mais requintada. Os exemplos são tantos que, descrevê-los, tornar-se-ia fastidioso. Tudo isto porque o homem ou alguns homens, preferem a guerra à paz. O mundo está quase ingovernável, tantos são os conflitos. Até parece que o ser humano nada mais representa do que um mero número estatístico!..

Quem se preocupa em saber quantos morrem e quantos ficam; quantos olhos ficaram cegos para sempre; quantos braços e pernas se perderam; quantas viúvas e órfãos vão soçobrando na vida; quantas vidas desfeitas; quantos sonhos tornados pesadelos; quanto tudo e quanto nada... Que lhes reste ao menos a vergonha. O perdão, não merecem.

Para evitarem o confronto, transformam-se em fazedores de promessas; desdobram-se em exercícios contínuos de uma fingida solidariedade, para nos irem adocicando o sentimento da nossa insatisfação. Pouco, ou quase nada acontece. A falta de cumprimento dos políticos, tornou-se moda. Os valores éticos são escassos. A justiça está adiada. Até quando? A credibilidade...foi-se.

No princípio do ano, uma estação de rádio pública no seu programa antena aberta, levou até aos ouvintes um assunto relacionado com benefícios fiscais, onde apareceram os deficientes das forças armadas como sendo credores de grandes benefícios fiscais, levando à indigna-

ção de muitos dos intervenientes do dito programa. Alegaram que tinhamos benefícios que outros não tinham, designadamente na aquisição de viatura própria. E que havia entre os DFA alguns ricos que não precisavam, o que era uma injustiça para os outros que não tinham esses benefícios, etc, etc... E é a nós que vêm falar de injustiça?!..

Em primeiro lugar, é de lamentar que uma estação pública tenha manifestado uma incompreensível ignorância deste fenómeno, como ficou demonstrado. Um assunto desta importância merecia melhor tratamento, até por respeito à opinião pública. Merecemos mais respeito. Estranho o facto de ninguém se ter dado conta, e não se ter manifestado!..

Em segundo lugar, os ditos benefícios, decorrem de um direito inalienável que assiste àqueles que, ao serviço da Pátria deram parte do seu corpo, cujos traumas físicos e psicológicos são insanáveis. Chama-se a isto benefício? Haja bom senso e respeito por aqueles que em troca de nada ou muito pouco, deram tudo ou muita coisa, quando a Pátria o solicitou.

Estou certo de que todos os DFA abdicariam dos tais benefícios, se lhes fosse devolvido o que perderam.

Quero exortar os meus companheiros a prosseguirem o desenvolvimento associativo de uma forma activa, combativa, unida e solidária. Respeitemos as diferenças, valorizando-as. Respeitemos cada um, exigindo reciprocidade. Devemos bater-nos por causas justas e nobres, mesmo quando o momento nos for desfavorável. Devemos demonstrar à sociedade que, apesar dos nossos condicionamentos, fomos e somos capazes de nos afirmar como pessoas de sucesso.

Como dizia o filósofo Agostinho da Silva, somos todos diferentes, mas temos algo em comum. Demonstremo-lo. ❖

Luciano Dias
Associado n.º 21

Entrevista

Um dos fundadores da ADFA

Entrevistado pelo ELO no âmbito do 33º aniversário da ADFA

Bernardino Azevedo



1 - Que balanço faz destes 33 anos da ADFA?

O balanço é francamente positivo. O aparecimento da ADFA permitiu aos DFA lutarem por um estatuto na sociedade Portuguesa que a Nação lhes devia. Penso que o conseguimos. Foi realmente espectacular na altura o apoio e carinho que recebemos do povo anónimo. Ainda hoje guardo com emoção alguns desses momentos. Alguns direitos que conseguimos deve-se à simbiose que existiu entre o povo e a nossa convicção, crença e sacrifício. Só quem participou activamente se reconhece nestas minhas palavras. Foi uma causa justa.

2 - Quer referir algumas oportunidades que a ADFA deixou fugir?

Passados que são 33 anos, penso que a ADFA tinha obrigação de ter feito melhor. Penso que falhou na reabilitação, na reintegração e no apoio social e familiar. E digo isto porque estes são em minha opinião os pilares fundamentais para uma adaptação a uma nova vida, para quem aos vinte anos os sonhos foram cerciados ao acordar

para uma realidade tão diferente daquela que imaginavam, mormente os mais estropiados e afectados psicologicamente. A formação profissional, o incentivo aos estudos, o apoio ao regresso ao seio familiar e lugar de residência eram fundamentais. Sobreviveram os mais fortes e capazes, os outros perderam-se.

3 - Do conhecimento que tem tido deste projecto "Estratégia Reivindicativa" desta nova direcção, o que pensa sobre isso?

Penso que a altura do barulho e manifestações de rua teve a sua época e cumpriu parcialmente. No entanto, o alarido ainda incomoda muita gente, e se for necessário... Também aposto no diálogo e na razão das nossas pretensões. As mesmas devem ser justas e fundamentadas. Devem também inserir-se no País em que vivemos. Não devemos permitir que os nossos direitos sejam castrados. Com o avançar da idade, as necessidades relacionadas com a saúde são cada vez maiores. As desigualdades criadas por alguma legislação recente devem ser revistas, o problema dos deficientes abrangidos por decretos diferentes. A situação das viúvas. A 3ª e 4ª idade estão aí. Que tipo de apoios temos? São questões para mim fundamentais e penso que esta Direcção consensual como é, com paciência e em diálogo com o governo, com firmeza também, conseguirá os objectivos.

Daí ter o meu apoio. ❖

A ADFA convidou todos os candidatos à CML a visitarem a Sede, onde compareceram os candidatos da Coligação Democrática Unitária (CDU) e Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses/Movimento Reorganizador do Partido do Proletariado (PCTP/MRPP)

Candidato à presidência da CML, Ruben de Carvalho

“Não há promessas, apenas compromissos assumidos.”

O candidato da CDU à Câmara Municipal de Lisboa (CML), Ruben de Carvalho, esteve no dia 22 de Junho, na Sede da Associação dos Deficientes das Forças Armadas e ouviu as diversas preocupações desta Instituição, sobre o Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa (LMCVP), a saúde, a pretensão de remodelar e criar acessos na Quinta das Camélias, na antiga Escola Prática de Administração Militar (EPAM), os transportes, parques de estacionamento e a necessidade de uma fiscalização mais apertada na construção de acessibilidades.

Ruben de Carvalho identificou-se com a ADFA, pois também ele foi evacuado de Angola e chegou mesmo a tocar-lhe uma bailarina no pé, mas não ficou incapacitado.

Afirmou a todos os presente na sala, que a CDU pode “assumir com tranquilidade o compromisso que tudo faremos para que as coisas andem mais depressa possível.”

Sobre a questão da colaboração da Câmara na elaboração do projecto para a EPAM, considera que “é apenas uma vontade política” e em relação à CVP e

ao MDN “é uma questão de vontade política e moralização por outra.”

Afirmou que tem apreensões quanto à política do actual Governo em relação à saúde e no entender do candidato à CML “todas as forças que se possam juntar para combater uma política que não serve o país, nem os portugueses, é útil.”

A nível de transportes a situação é complicada pois “a Carris e o Metropolitano tem uma estratégia concertada, com a qual a Câmara discorda frontalmente, que é uma estratégia do metropolitano a assegurar o eixo-central da cidade e a carris da capilaridade desse eixo-central, o que é um disparate, porque é inevitável que haja sobreposição de carreiras de superfície”, disse o candidato.

A Rede Ferroviária Nacional (REFER), é outro problema diz, fazem-se passadeiras sobre vias rápidas, põe-se os elevadores para o deficiente e depois ninguém sabe onde está a chave ou elevador está avariado.

Acrescentou que “a reactivação do Conselho seria uma boa iniciativa e uma

intervenção por parte da vereação mais enérgica, no sentido de ser cumprida a legislação no que se refere aos deficientes”.

O candidato à presidência da autarquia nas eleições intercalares do próximo dia 15 de Julho, sugere que deveriam ser localizados os pontos comuns onde pessoas com deficiência recorrem com alguma frequência e não existem acessos e promete que depois das eleições, irá ter com a ADFA para pedir apoio nesse sentido.

Desenvolver um projecto para os deficientes, isto é, para quem não sabe que prótese ou fisioterapia necessita, julga ser possível o apoio da CML, mas entende que se deve criar um documento concreto para se poder discutir com várias entidades.

Afirmou que “assume o compromisso com a ADFA, que no máximo de 2 meses, depois das eleições irá dar andamento à questão do património e do projecto.

A tipografia Escola da ADFA foi também referenciada, situada no Campo de Santa Clara, pois existe a ideia de mudar



© Fotografia: Maria José Carriço

para a Quinta das Camélias ou para uma zona industrial.

Foi lembrado durante a sessão pelo presidente da Delegação de Lisboa, Francisco Janeiro, que houvesse uma rua com o nome dos deficientes das Forças Armadas 1961 – 1974 e que no Conde de Óbidos se erguesse um monumento.

“Estamos a pedir uma justiça para manter viva esta casa, manter a esperança, há muita gente que continua à espera e esse dia nunca mais chega, nunca mais se fecha o dossier da guerra colonial...”, disse em tom de desabafo o 2º vice-presidente, Lopes Dias.

O presidente da Direcção Nacional, José Arruda, entregou na sessão o documento “Estratégia Reivindicativa” a Ruben de Carvalho, para conhecimento dos objectivos da ADFA.

Nesta reunião estiveram também presentes o 1º e o 2º vice-presidente da DN, o 1º secretário da DN, o presidente da Delegação de Lisboa (DL) e o secretário da DL, alguns membros da CDU e associados da ADFA. ❖

Maria José Carriço



Candidato à Câmara Municipal de Lisboa, Garcia Pereira

Fotos: Farinho Lopes

A «Perda das Comparticipações no Pagamento dos Medicamentos para os Deficientes é uma Barbaridade»

A convite da Direcção Nacional o candidato do PCTP-MRPP, Garcia Pereira, esteve na Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), no dia 29 de Junho, na Sede Nacional.

Francisco Janeiro, presidente da Direcção da Delegação de Lisboa, apresentou ao candidato uma panóplia de anomalias e obstáculos com que deparamos no quotidiano da Cidade de Lisboa que se tornam num quebra-cabeças para as pessoas com deficiência.

Recordamos que entre estas anomalias existe uma à porta da ADFA, a passagem desnivelada com elevador na Av. Padre Cruz, que foi construída há oito anos e nunca funcionou, mas faz proveito à Câmara servindo de suporte aos painéis publicitários.

Lopes Dias, 2º vice-presidente da Direcção Nacional, já sentiu na pele os efeitos da incorrecta colocação de sinais, indo parar ao hospital, apresentou também o seu ponto de vista e lembrou que há uns anos atrás funcionou na Câmara Municipal de Lisboa, o

Conselho Municipal para a Integração das Pessoas com Deficiência (CMIPD), era um órgão de consulta do presidente e na altura quando foi criado, a ideia era tornar Lisboa numa Cidade acessível a todos e até se dava o grande exemplo da Cidade de Barcelona que é uma Cidade acessível a qualquer pessoa de cadeira de rodas ou cego.

O Candidato começou por agradecer o convite e a recepção sempre calorosa, “foi-me dito à chegada que estava em minha casa e é verdade sinto-me sempre muito bem sempre que aqui venho. Dizer-lhes que os tenho sempre acompanhado desde a ocupação do

Palácio da Independência até aos nossos dias, a actividade da Associação que eu acho que é muito meritória e que é insubstituível e incontornável e que naturalmente para quem se candidata à Câmara da Capital do País é absolutamente indispensável vir aqui”.

Sobre “a questão da perda das comparticipações no pagamento dos medicamentos para os deficientes” considera que “é uma barbaridade”, porque “as pessoas foram obrigadas a ir para a guerra, umas perderam a vida, outras perderam algumas das suas funções vitais e perderam obviamente a sua juventude”. “(...) Colocar esta questão sob uma perspectiva do combate ao privilégio é uma monstruosidade e mostra bem o estado de desumanidade e de completa desatenção relativamente aos problemas do cidadão comum que chegou, acho que se devem bater por isso com firmeza”. ❖



Farinho Lopes

Ricardo deixa cair o cantil que tinha levado à boca para beber; só com uma mão, que a outra segura a arma pelo punho como se se tratasse de uma pistola. O dedo indicador esticado, com a polpa da falangeta a pressionar o guarda-mato, como aprendeu a fazer para prevenir um disparo accidental, enquanto sentia a forma adunca do gatilho na falange.

A preciosa água, colhida há pouco no próprio leite do Rovuma espalha-se pelo chão da mata e nela viajam um número desconhecido de pequenos seres vivos que assim, em breve encontrarão a morte.

O gastrótrico é um deles, um insignificante metazoário de seis centésimos de milímetro e que é provavelmente o animal com a vida mais curta que existe. Se este já viveu dois dias e meio então estaria prestes a morrer, porque a sua esperança de vida é de três. Uma insignificância, que se tivesse a altura de um homem seria um monstro aterrador, mas que por pouco não teve como destino, perecer ingloriamente nos sucos gástricos de Ricardo.

O que fez Ricardo deixar cair o cantil, foi o rosto que ficou de repente visível por entre a folhagem.

Já trazemos o cérebro programado para que os nossos olhos sejam atraídos instintivamente por um rosto da nossa espécie. É assim que são possíveis os nossos primeiros afectos e foi assim que Ricardo reconheceu por entre as folhas e os ramos, e apesar das reverberações da luz nas diferentes superfícies, que aqueles pequenos globos negros e brilhantes e a linha oval, entrecortada pela camuflagem natural, constituíam o mosaico incompleto de um rosto humano.

Noutro lugar do mundo, ou noutra era, ou noutro contexto, esta descoberta faria iluminar de regozijo o rosto de Ricardo, que se abriria num sorriso de simpatia por encontrar um semelhante num local tão remoto.

Mas o coração de Ricardo acelerou até às cento e vinte pulsações por minuto e logo à primeira batida, a adrenalina inundou o corpo, fazendo o cérebro ignorar tudo, para se concentrar apenas naqueles duas íris, negras e brilhantes que Ricardo focou com os seus olhos durante uma infinitésima fracção de tempo.

Há uma grande confusão quanto aos conceitos de cobardia e de coragem. Normalmente as instituições militares invertem esses conceitos e rotulam de corajosa uma típica acção instintiva de medo, dado que um soldado, que face ao perigo mantenha a serenidade e se abstenha de matar primeiro o inimigo, é um elemento perigoso para si mesmo e para os seus pares, justamente porque o medo dos inimigos é que os torna a eles verdadeiramente perigosos também.

Foi o medo que fez Ricardo manter o olhar fixo no olhar do rosto por detrás da folhagem, sem vacilar; o medo, que aumentou a produção de adrenalina; o

medo, que estimulou o coração; o medo, que elevou o nível de açúcar no sangue; o medo, que escolheu criteriosamente que músculos contrair e que músculos relaxar; o medo, que fez as mãos erguerem, nessa ínfima fracção de tempo, a sua Heckler & Koch Gewehr 3; G3 para os amigos.

A mão esquerda, que a pegou pelo guarda-mão de baclite, e a direita, que já a segurava pelo punho, ergueram a arma, apontando-a àqueles olhos de íris negras e brilhantes por entre a folhagem.

À segunda batida do seu coração já o corpo de Ricardo estava ligeiramente curvado para a direita para se estabilizar na nova posição a que a arma erguida obrigava; mas nem assim os seus olhos se afastaram, pupila com pupila, dos olhos negros por detrás das folhas. Folhas belas. Tão belas, assim iluminadas pelo sol coado por uma miríade de outras folhas, que fazem um jogo encantatório de luz e sombra.

Se Ricardo vivesse à escala temporal de um gastrótrico, esse jogo de luz e sombra teria tempo para despertar em si a lembrança das tardes de verão na Serra do Buçaco. As sombras a borboletearem na toalha sobre a relva, iluminada pelo sol, e a água do Luso, límpida e pura que só de olhá-la já matava a sede. E o leitão assado e o espumante da Bairrada, que ninguém se contentava em olhá-los apenas.

Aqui nos confins de África um cantil de água pululante de vida aquática vale mais do que um garrafão de água límpida e pura no Buçaco; já que, quanto a uma garrafa de bom espumante não arrisco um vaticínio.

Há coisas que nunca se esquecem, são perenes à relativa escala humana. Cada homem tem as suas memórias; memórias que nos acompanham para todo o lado como uma biblioteca itinerante.

Ricardo não sabe que coisas se guardam na memória por detrás daquelas íris negras, como não viu que o sangue e a adrenalina aumentaram também o seu fluxo e que os nervos todos daquele corpo transmitiram um, e um só sinal: o sinal de alarme de morte iminente. Não viu cada uma das fibras musculares daquele corpo a retesarem-se e as mãos a elevarem a Kalashnikov, apontando-a na sua direcção.

Ricardo tem vinte e três anos, um curso dos liceus mal acabado, alguns romances de amor mal começados e uma quantidade de sonhos que correm agora, aqui, o risco de nunca se concretizarem.

O tempo que decorreu, desde que o cérebro de Ricardo descodificou um rosto humano por entre as folhas, até este exacto momento em que a falangeta do seu indicador direito pressiona o

O Tiro

gatilho da sua G3 foi tão curto, que não houve tempo para ele registar nada do que se passou. Apenas decorreu o tempo entre duas batidas do seu coração, meio segundo apenas, o que parece tão pouco; mas o tempo é sempre tão pouco, tão efémero, tão insignificante; embora para o gastrótrico, a agonizar no chão da mata, o tempo que decorreu, corresponda a quase uma hora e ainda a bala não foi disparada.

Só a folga do gatilho foi tirada. Quando o gatilho recuou o suficiente, a pequena patilha que retém o percutor da arma deslizou a uma velocidade incalculavelmente elevada, mesmo para um efémero gastrótrico que no chão da mata, tem, por assim dizer, os seus milissegundos contados.

Ninguém alguma vez ouviu o som de uma espoleta de bala de uma G3 quando o percutor a faz rebentar, porque dentro do cartucho, a explosão da pólvora, constituída por pequenas lamelas de nitrocelulose combinada com nitroglicerina e nitroguanina, é muito mais intensa e é imediata, porque deflagra por simpatia; muito menos o ouvirá o homem das íris negras, dado que nem a explosão do cartucho ele ouvirá, porque a bala da G3, fará esse percurso duas vezes mais rapidamente que o som do disparo.

Como se chamará o homem que olha bem nos olhos de Ricardo, por entre as folhas? Que idade terá? Quantas pessoas neste mundo o conhecem e dessas, quantas gostam dele e dessas ainda, quantas arriscariam a vida por ele? A vida que está prestes a acabar ali, porque a explosão do cartucho já ocorreu. Os gases resultantes da explosão empurram o cartucho para trás e este a culatra, a qual, no recuo faz ejectar o cartucho deflagrado e provoca o coice da coronha que todo o soldado já sentiu no ombro.

A bala já atingiu o tapa-chamas, na boca da arma, a uma velocidade de trezentos e setenta metros por segundo, com o seu movimento rotativo que as estrias do cano lhe imprimiram e vai perfurar o ar com o seu sinistro perfil ogival, copiado sem pudor, do elegante arco gótico que permitiu as mais belas construções arquitectónicas que o engenho humano alguma vez concebeu.

Perfurará o crânio do homem das íris negras, como se este fosse manteiga, mas esse impacto desacelerará um pouco o seu movimento de rotação e provocará uma trajectória levemente espiralada dentro do cérebro, destruindo à sua passagem o centro óptico o centro auditivo e o nó vital; saindo depois para o ar livre novamente, perdendo-se por entre a vegetação.

Ricardo ouviu agora o som do dispa-

ro. Pareceu-lhe intenso demais, como se tivesse havido uma ressonância ou um eco. Mas ele usa sempre a G3 em posição de tiro-a-tiro, como mandam as regras, para não descarregar desnecessariamente o carregador com um simples disparo em rajada, uma vez que bastaria meio segundo para descarregar as vinte munições do carregador.

Ricardo ficou quieto a ver o homem das íris negras, sempre a fitá-lo, quieto também e curvado para a frente segurando a Kalash apontada na sua direcção. A velocidade do projectil é tão grande que atravessou a cabeça do homem das íris negras, sem esta se mexer. Apenas uma mancha como uma queimadura de cigarro na testa, depois o homem ajoelhou violentamente e caiu sobre o lado esquerdo.

Quando o tapa-chamas da sua kalashnikov tocou o solo húmido da selva libertou-se um fiozinho de vapor de água quase imperceptível, a mostrar que estava muito quente, e ao terceiro batimento do coração, Ricardo sentiu uma dor no peito. É assim a dor do medo intenso.

Depois da terceira pulsação o coração de Ricardo parou. O coração teve uma sístole mais forte e uma longa pausa depois. Parece uma eternidade, desde que descortinou as íris negras por entre as folhas da mata virgem. Quase cinco horas na vida de um efémero gastrótrico e, no entanto, o seu coração bateu apenas três vezes. Quantas vezes terá batido o coração de Ricardo durante toda a vida? Será que não deveríamos avaliar a idade das pessoas pelo número de batidas do seu coração em vez de o fazermos a partir dos movimentos de rotação e de translação da Terra? O coração de Ricardo acabou de bater novecentos e sessenta e sete milhões, trezentas e vinte e cinco mil, cento e vinte e três vezes e depois parou.

Enquanto o coração de Ricardo está parado, um soluço bloqueia a respiração. Um segundo... dois... três... quatro... meio dia na vida do gastrótrico, até que a dor no peito se torna insuportável e o soluço se transforma num refluxo quente, espesso e gasoso que lhe sai pela boca, manchando o camuflado de vermelho. Queria segurar-se, mas segurar-se como, se as mãos, sem forças, até já largaram a G3, no momento em que a culatra, impulsionada por uma potente mola, introduz, agora já inutilmente, uma nova munição na câmara de explosão. E as pernas dobraram até ajoelharem no chão da mata. Ficou um instante nessa humilde posição dos arrependidos e dos suplicantes; depois caiu sobre o lado direito.

No seu cérebro ficou registada a última imagem deste mundo, recolhida já no chão da mata africana: as íris negras e brilhantes fitando, pupila com pupila, as suas íris cor de avelã. ❖

SERVIÇOS

SEDE

Secretaria

Santos Silva, das 09h00 às 18h00, fechando para almoço das 12h30 às 14h00

Accção social

Tenente Coronel Silvério Rodrigues
Assistente Social - Dra. Susana Reis
Horário de atendimento das 09h00 às 18h00, fechando para almoço das 12h30 às 14h00

Apoio jurídico

Dra. Helena Afonso
Horário de atendimento: 09h00 às 18h00 - todos os dias (com marcação)
Dra. Inês de Castro
Horário de atendimento: 2^{as}, 3^{as} e 4^{as} de manhã (com marcação na secretaria geral)

Tesouraria

Valdemar Monteiro
Horário de atendimento das 09h30 às 16h30, fechando para almoço das 12h30 às 14h00

Serviços clínicos

Atendimento, Recepção e Marcação de Consultas:
Maria Filomena Brandão
Telefone Directo: 21 751 26 12

Valências Clínicas

Clinica Geral
Dr. Fernando Brito - 2^a feira (13h00) e 5^a feira (13h15)

Urologia

Dr. Paulo Vale - 5^a feira (09h00) quinzenalmente

Fisiatria

Dr. Barros Silva - 4^a feira (09h30)

Análises Clínicas

3^a e 6^a feiras (09h00 às 10h00)

Fisioterapia

Sargento Mor Henrique Louro- todos os dias (08h30 às 12h30)

Medicina Dentária

Dr. José Eduardo Antunes - 3^a feira (09h00 às 18h00)

Serviço Protésico

Técnico Carlos Lopes - 4^a feira (09h00)

Psiquiatria

Dra. Margarida Botelho - com marcação prévia

Psicóloga Clínica

Dra. Teresa Infante - todos os dias (09h00 às 18h00)

Animação/Desporto

Conceição Valente
- Seccção de Pesca

Restaurante

Restaurante/Self-service
Funcionamento de segunda a sexta-feira das 12h15 às 14h15

Nota: Área aberta a associados, familiares e amigos, podendo ser efectuada marcação prévia tanto para área do self-service, como para a área do restaurante.

Bar

Funcionamento de segunda a sexta-feira das 09h00 às 18h00

Nota: O bar está aberto a associados, familiares e amigos.

COIMBRA

A seccção de Campismo, que trata de todos os assuntos com ele relacionados: cartas de campista (emissão e renovação), incluindo jovem e internacional. Existe uma carrinha de 9 lugares, para apoio à Delegação e aos seus associados.

ÉVORA

Restaurante

Bar

Aberto de Segunda a Sexta das 09h00 às 18h00 encerrando aos Sábados e Domingos

PORTO

Administrativos

Dias úteis: das 09h00 às 17h30, com intervalo de almoço das 12h30 às 13h30.

No 1^o Sábado de cada mês das 10h00 às 17h00, com intervalo para o almoço das 13h00 às 14h00.

Assistente: Sónia Aguiar - Telefone: 22 834 72 01

Serviços clínicos

Psicologia - Dr.^a Graciete Cruz

Psiquiatria

Dr.^a Rosário Fialho, Dr. Neves de Sá

3^a Feira - das 14h30 às 17h30

Clinica Geral

Dr. Moreira Martins

5^a Feira - das 10h00 às 12h30

Rastreio da próstata

5^a Feira - das 10h00 às 12h30

Marcações pelo telefone: 22 834 72 02

Apoio jurídico

Dr.^a Manuela Santos

De 2^a a 6^a feira

Marcações com a própria

Accção social

Dr.^a Margarida Marques

2^a, 3^a e 4^a Feiras - das 13h30 às 17h30

5^a Feira - das 09h00 às 12h30

6^a Feira - das 09h00 às 17h30

Marcações para atendimento com a própria

Património/viatura

Apoio a aquisição de viaturas com isenção de impostos:

Elisabeth Couto

Restaurante

Dias úteis e 1.^o Sábado de cada mês

Telefone: 22 834 72 06 até às 10h00

Bar

Dias úteis: das 08h00 às 19h00 - Sábados: das 10h00 às 17h00 - Telefone: 22 834 72 05

Centro de Actividades Ocupacionais (CAO)

Inscrições com a coordenadora Dra. Margarida Marques

Campo de Jogos

Marcação pelo telefone: 228347205

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Administrativos

Horário de atendimento: de Segunda a 6^afeira - das 09h30 às 12h00 e das 14h00 às 18h00.

Telefones: 25 232 28 48 / 25 237 63 23

Fax: 25 237 63 24 Telemóvel: 91 959 45 27

E-mail: secretaria@adfa-famalicao.org.pt

Serviços clínicos

Clinica Geral

Dr. Ricardo Lemos - à 4^afeira a partir das 14h00, com marcação prévia - tel. 25 232 28 48

Psicologia - Dr.^a Graciete Cruz

Contactar a delegação - tel. 25 232 28 48

Apoio jurídico

Dra. Manuela Santos - contactar a delegação - telefone: 25 232 28 48

Património/viatura

Apoio a aquisição de viatura com isenção de imposto - contactar a delegação: Albertina Pereira - telefone 25 237 63 23

UISEU

Administrativos

Segunda a sexta-feira das 09h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h30. Telefone: 23 241 60 34 Fax: 23 241 68 29

E-mail: secretaria@adfa-iseu.org.pt

Apoio de secretaria

Apoio em todos os serviços de secretaria, jurídico, IRS, cartão GalpFrota, encaminhamento e apoio a consultas médicas, hospitais militares e civis. Apoio aos anti-gos combatentes.

Associados falecidos



João Francisco Amorim

Associado n.º 3214

60 anos / Faleceu em 07/05/07

Serviu na 1^a C. Caç 2380, em Angola.



Manuel António Madureira

Associado n.º 8365

65 anos / Faleceu em 08/05/07

Serviu no Esquadrão de Cav^a Dragões.



António César Alves Morais Pereira

Associado n.º 11913

56 anos / Faleceu em 23/05/07

Serviu C. Art. 7256/B. Art. 7250.

Aos familiares e amigos dos associados falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

NOVOS ASSOCIADOS

Dando cumprimento ao estipulado no n.º 4, do Art.º 8, dos Estatutos da ADFA, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.

Albina do Carmo de Jesus Cardoso Cunha

Ana de Jesus Leite

António Bordalo Henriques

Arminda de Jesus Pereira Almeida

Augusto Gonçalves Loureiro Couto

Domingos Dias Santos

Fernando de Sousa Amorim Fernandes

Fernando Rodrigues Lameiras

João Paulo Pereira de Sousa

Joaquim dos Santos Sousa

José António Martins

José Pereira da Costa

Júlia Aurora Carneiro Madureira

Manuel Maria Machado Ferreira

Maria Celeste Fernandes Silva

Maria da Conceição da Costa Almeida

Maria de Lurdes Teixeira Machado

Maria Luísa José Borges

Maria Mabilda Ribeiro dos Santos

Nuno Marques de Oliveira

Rosa Maria dos Santos Oliveira Silva

Vitor Manuel Filipe Seabra

Benefícios para associados

Protocolos

A ADFA, através da Delegação de Famalicão e do Núcleo de Leiria, celebrou alguns protocolos para prestação de serviços e descontos aos associados, familiares e funcionários.

A Clipóvoa - Clínica Médica da Póvoa de Varzim, S.A., de Lugar de Penouces, Beiriz, Póvoa de Varzim, presta serviços de ambulatório, internamento e bloco operatório em todos os seus hospitais e ambulatórios, com desconto de dez por cento sobre a tabela em vigor (excepto nas ressonâncias magnéticas, tomografia axial computadorizada (TAC), farmácia, armazém geral, anatomia patológica ou outros exames não efectuados pela clínica).

Atendimento na Póvoa de Varzim (Lugar de Penouces, Beiriz), em Vila Nova de Cerveira (Estrada Nacional, 13, Vila Meã), em Amarante (Edifício Gólfino) e no Porto (R. Beato Inácio Azevedo, 61/85).

A Clínica Médico-Cirúrgica de Santa Tecla pratica um desconto de 15 por cento sobre a tabela de preços, no atendimento de clínica geral, quartos, enfermarias, salas de bloco operatório e partos e unidade de vigilância intensiva, medicina física e de reabilitação (tratamentos), exames auxiliares de diagnóstico, radiologia convencional, ecografia e osteodensitometria óssea.

O Hospital da Trofa presta, aos associados, às suas esposas, pais, filhos, genros/noras e netos, e aos funcionários da ADFA, cônjuges e filhos, "em termos de relacionamento preferencial e em condições economicamente mais favoráveis", serviços de consulta externa, urgência, meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica, fisioterapia, internamento e de blocos operatório e de partos, com um desconto de 15 por cento.

O acordo é extensivo à Portoclinica, na Av. Fernão de Magalhães, Estádio das Antas, Porto.

O médico dentista Luís Claro, em Famalicão, efectua um desconto de dez por cento (nas consultas e tratamentos dentários) e de cinco por cento (em trabalhos de laboratório), aos associados e familiares com direito a ADM (com cartão de associado do titular e cartão de beneficiário das ADM).

A Ouroarte, de Famalicão, efectua um desconto de 15 por cento em armações, lentes e artigos de óptica.

A Optivisão - Óptica, Serviços e Investimento, S.A., atribui aos associados, familiares e funcionários descontos na aquisição de óculos graduados (aros e lentes), 20 por cento; lentes de contacto e óculos de sol, 15 por cento; outro material óptico, dez por cento; exames visuais, 20 por cento e prioridade na marcação. Na adaptação de lentes de contacto, oferta dos primeiros produtos de conservação, manutenção e esterilização de lentes, quando necessário.

Nota: nos acordos com a Clipóvoa, Clínica de Santa Tecla e Hospital da Trofa é necessário cartão de assistência médica próprio, a solicitar pela Sede, delegações ou núcleos à Delegação de Famalicão.

Nos acordos com o dentista, com o oculista Ouroarte e com a Optivisão, basta apresentar o cartão de associado com quotas em dia.

A IMAGRAM - Laboratório de Imagiologia da Marinha Grande, Lda presta serviços aos associados, cônjuges e filhos menores ou com idade até 24 anos, se estudantes e componentes do agregado familiar do DFA. Tabela disponível no Núcleo de Leiria e na Sede da Delegação de Coimbra.

A Rosóptica - Óptica Médica, Lda, de Leiria, presta serviços aos associados, cônjuges e aos filhos menores ou com idade até 24 anos, se estudantes e componentes do agregado familiar do DFA, com 20 por cento de desconto nos artigos (lentes e armações).

A IMALIS - Meios de Diagnóstico de Imagiologia de Leiria, Lda, presta os seus serviços aos associados, cônjuges e filhos menores ou com idade até 24 anos, desde que estudantes e componentes do agregado familiar do DFA. Tabela disponível no Núcleo de Leiria e na Delegação de Coimbra. •

PUB



Cozinhas especiais

Rua Miguel Bombarda, n.º529
4050.380 Porto

Telef. \Fax: 226062257
e-mail: maep@sapo.pt

Por conta do défice, a população portuguesa tem visto a sua qualidade de vida descer vertiginosamente, desvalorização de salários e muitos direitos sociais serem parcial ou totalmente apagados.

Contrariamente ao que os senhores políticos no poder nos dizem, o poder de compra da grande maioria dos portugueses sofreu uma redução drástica e até preocupante.

Quanto a obrigações na perspectiva do Governo, não há como fugir... falamos obviamente da maioria do povo trabalhador, dos desempregados, dos assalariados...

Quanto a direitos lembrando desde logo o direito ao trabalho e estabilidade no emprego, estatísticas sérias dizem-nos que perto de 50% da população portuguesa, falamos da população activa que no nosso país está desempregada ou apenas usufrui de vínculo laboral precário.

Entretanto a situação vai-se agravando com a U.E. a ditar ordens mas sempre a favor dos mesmos.

Com tudo isto e não vale a pena falar do partido A-B-C-D- os habituais que desde 25 de Abril de 1974 põem e dispõem. As políticas pouco diferem e o que vemos é mais do mesmo.

A verdade nua e crua é que a maioria da população sente-se numa situação de coisa descartável vítima directa de uma panóplia de medidas que disfarçam o verdadeiro objectivo das mesmas, confundindo-se esquerda e direita como se tudo fosse a mesma coisa.

Tudo isto à sombra da palavra democracia, zelosamente difundida em textos e discursos de ocasião!

Aos portugueses, pouco mais resta que a esperança.

O português sabe, por enquanto vai sabendo o que é gato e o que é lebre, e a esperança é luta é trabalho... E vai continuar.

Os deficientes, principalmente aqueles com grandes incapacidades são as grandes vítimas deste sistema de boas intenções...

Um estado que não cumpre as promessas, que desvirtua o conceito solidário, não é de confiança.

Neste caso particular, os deficientes militares têm sobejas razões de queixa. É ler a Constituição da República. É ler a legislação. É ouvir os discursos... Muito respeito, grande a admiração etc, etc...A verdade porém é esta...

Até há pouco tempo alguma incapacidade dava direito a uma pensão. Agora quem tiver menos de 30%, não tem direito a nada. As Juntas Militares e principalmente as da C.G.A. são autênticos interrogatórios policiais, como se os antigos militares "Deficientes" sejam culpados da Guerra Colonial e das suas consequências. Os rendimentos estão ao nível do champanhe e do bom caviar!... As instituições do Estado têm opiniões completamente dispares sobre o mesmo processo.

E depois – Não tarda que o principal direito seja um funeral de pompa com bandeira e hino. Há boa maneira do antigamente.

O facto porém é que em certos casos, demasiados casos, as pensões são baixas ofendendo a dignidade de quem as recebe, enquanto que no mesmo país, as pensões douradas nos últimos anos aumentaram mais de 500%. Um escândalo democrático!... Um relatório da C.G.A. divulgado há dias num diário nacional, refere que só no ano transacto foram atribuídas perto de 400 novas pensões douradas, ou seja uma média de um novo reformado milionário por dia. Uma vergonha nacional. Uma humilhação colectiva para a grande maioria, um desprezo total do lado de quem governa. Tudo isto, quando existem mais de 200 mil portugueses que passam fome, e meio milhão estão desempregados - aqui incluídos - jovens licenciados, engenheiros e não engenheiros!

Para se ter uma vaga ideia, as pensões douradas superiores a 4 mil euros/mês que existem segundo os próprios números da Caixa Geral de Aposentações, representam quase 20 milhões de euros/ano.

Convém de vez em quando, também nós os que votam e pagam impostos à hora, lançarmos os nossos conhecimentos sobre a matéria, para que se compreenda do que falamos.

Sejamos claros.

Neste estado de coisas, quando se pedem e exigem sacrifícios a tantos, por muito valor que se tenha, receber 4 mil euros/mês de reforma é um atentado à pobreza e à fome que vai grassando cada vez mais pelo país.

Uma injustiça social que vai agravando o fosso cada vez maior entre ricos e pobres. Desigualdade gritante que mais tarde ou mais cedo irá provocar problemas, porque se pode ser sereno, mas não se vai andar toda uma vida de olhos tapados.

À cabeça das reformas douradas estão muitos políticos. Como se podem pedir sacrifícios e apoio aos portugueses, quando depois o que se vê são as maravilhosas políticas do venha a nós o marisco "o mexilhão" que se lixe!

Tivemos nós a ADFA no dia 14 de Maio a presença na sede do Senhor Presidente da Assembleia da República – segunda figura do Estado – e pelo que se sabe foi Alferes Miliciano e esteve na guerra colonial na Guiné. Palavras lindas, muitos agradecimentos.

O nosso Presidente com perfeito conhecimento do protocolo perante Suas Excelências – foi bonito...

Numa festa linda e as palavras do costume.

Somos na verdade um país de brandos costumes que quase tudo come e nada vomita, mas até quando?

José Maia

ADFA

CAR

AUDI		
MODELO	P. BASE	P.V.P
AUDI A3		
1.6 Sport 102 Cav 3 P	21.053,35	32.991,93
2.0 FSI Sport 200 Cav 3 P	25.644,44	42.720,93
2.0 TDI Attraction 140 Cav 3 P	21.843,04	38.045,93
2.0 TDI Sport 140 Cav 3 P	23.641,38	40.221,92
1.9 TDI Ambiente 105 Cav 3 P	22.284,60	37.712,93
1.9 TDI Sport 105 Cav 3 P	22.507,74	37.982,93
AUDI A3 SPORTBACK		
1.6 Sport 102 Cav	21.656,16	33.734,82
2.0 FSI Sport 200 Cav	26.247,74	43.528,93
1.9 TDI Advance 105 Cav	20.073,51	35.074,94
1.9 TDI Sport 105 Cav	23.110,70	38.749,94
2.0 TDI Attraction 140 Cav	22.446,34	38.775,93
2.0 TDI Sport 140 Cav	24.244,69	40.951,93
2.0 TDI Sport 170 Cav	25.277,68	42.374,93
AUDI A4 GASOLINA		
1.6 102 Cav	23.138,99	35.692,94
1.8 163 Cav	27.222,42	42.857,93
AUDI A4 GASÓLEO		
1.9 TDI 115 Cav	22.721,49	38.480,94
2.0 TDI 140 Cav	25.844,13	42.953,94
2.0 TDI 140 Cav Multitronic	27.554,84	45.484,94
2.7 TDI 180 Cav	29.699,77	55.907,94
3.0 TDI V6 Quattro 233 Cav	35.926,01	67.924,94
AUDI A4 AVAN GASOLINA		
1.6 102 Cav	24.403,44	37.274,93
1.8 163 Cav	28.486,88	44.439,94
AUDI A4 AVAN GASÓLEO		
1.9 TDI 115 Cav	23.985,18	40.080,94
2.0 TDI 140 Cav	27.108,52	44.589,94
2.0 TDI 140 Cav Multitronic	28.819,30	47.014,94
2.7 TDI 180 Cav	30.963,90	57.543,93

OPEL		
MODELO	P. BASE	P.V.P
CORSA		
1.0 5P Enjoy	10.244,60	14.060,00
1.2 5P Enjoy	10.037,11	14.880,00
1.3 5P CDTI Enjoy	12.533,25	18.180,00
1.4 3P GTC	11.814,44	18.300,00
1.3 3P CDTI GTC	14.268,79	20.280,00
1.7 3P CDTI	13.923,74	24.370,00
1.3 5P CDTI Cosmo	15.012,59	21.180,00
1.7 5P CDTI Cosmo	14.655,18	25.280,00
1.2 5P Enjoy Easytronic	10.550,50	15.440,00
1.4 3P GTC Caixa Automática	12.570,47	19.310,00
1.4 5P Caixa Automática	13.297,41	20.210,00
ASTRA		
1.4 GTC	15.095,76	22.250,00
1.3 CDTI GTC	17.000,32	23.660,00

VOLKSWAGEN		
MODELO	P. BASE	P.V.P
POLO FOX		
1.2 Fox Easy	8.536,96	12.100,98
1.2 Fox Sport Easy	11.743,53	16.947,90
1.4 TDI Fox 70cv	10.297,34	18.037,20
1.4 TDI Fox Pack 70 cv	11.152,27	19.071,67
POLO		
1.2 Confortline 65 Cav 3P	11.278,93	16.941,06
1.2 Confortline 65 Cav 5P	11.746,20	17.506,46
1.4 Confortline 3P Aut	13.257,32	21.245,58
1.4 Confortline 5P Aut	13.724,61	21.811,00
1.4 TDI Confortline 3P	13.409,35	21.665,51
1.4 TDI Confortline 5P	13.867,59	22.219,98
1.9 TDI Sportline 3P 130cv	18.712,04	33.112,58
GOLF A5		
1.4 Trendline Pack 3P 80 Cav	14.452,62	22.899,19
1.4 Trendline Pack 5P 80 Cav	14.922,23	23.467,42
1.4 GT 170Cav 3P	21.091,06	30.992,90
2.0 GTI 200 Cav 3P	24.918,64	41.920,72
2.0 TDI GT 170 Cav 3P	22.836,04	39.491,47
2.0 TDI GT 170 Cav 5P	23.314,01	40.069,82
2.0 TDI GT 170 Cav 3P Cx DSG	24.304,06	41.728,20
2.0 TDI GT 170 Cav 5P Cx DSG	24.784,59	42.310,26
2.0 GTI Turbo 200 Cav 3P	24.918,64	41.920,72
1.9 TDI 105 Cav Confortline 3P	15.984,59	30.189,46
1.9 TDI 105 Cav Confortline 5P	16.448,59	30.751,16
1.9 TDI 105 Cav Confortline 3P Cx DSG	17.358,69	32.027,42
1.9 TDI 105 Cav Confortline 5P Cx DSG	17.822,89	32.589,10
GOLF PLUS		
1.4 Confortline 80Cav	16.873,84	25.876,47
1.9 TDI Confortline 105Cav	17.007,23	31.489,49
1.9 TDI Confortline 105 Cav Cx DSG	18.446,28	33.556,19
2.0 TDI Confortline 140 Cav Cx DSG	21.290,62	37.905,23

PASSAT		
MODELO	P. BASE	P.V.P
1.6 Confortline 105 Cav	22.869,96	35.163,35
1.9 TDI 105 Cav Confortline	22.063,79	37.555,82
2.0 TDI 140 Cav Confortline	23.520,21	40.137,56
2.0 TDI 140 Cav Highline	27.019,93	44.372,22
2.0 TDI 140 Confortline Cx DSG	25.370,84	42.932,65
2.0 TDI 140 Cav Highline Cx DSG	28.870,57	47.167,32
2.0 TDI 170 Cav Sportline	28.710,86	46.522,47
2.0 TDI 170 Cav Sportline Cx DSG	30.561,49	49.387,03
PASSAT VARIANT		
1.9 TDI 105 Cav Confortline	23.492,32	39.388,56
2.0 TDI 140Cav Confortline	24.948,76	41.900,85
2.0 TDI 140 Cav Highline	28.623,39	46.347,15
2.0 TDI 140 Cav Confortline Cx DSG	26.799,39	44.834,89
2.0 TDI 140 Cav Highline	30.474,02	49.281,19
2.0 TDI 170 Cav Sportline	30.404,31	48.918,93
2.0 TDI 170 Cav Sportline Cx DSG	32.254,94	51.546,12
JETTA		
1.6 115 Cav Confortline	20.240,58	31.888,63
1.9 TDI 105 Cav Confortline	18.077,12	32.488,94
1.9 TDI 105 Cav Cx DSG	19.637,43	34.724,14
2.0 TDI 140 Cav Confortline	23.856,84	40.440,67
2.0 TDI 140 Cav Confortline Cx DSG	22.684,71	39.404,52
TOURAN 5 LUGARES		
1.9 TDI 105 Cav Trendline	18.706,45	33.700,91
2.0 TDI 105 Cav Trendline Cx DSG	20.044,12	35.562,66
2.0 TDI 140 Cav Highline	22.232,44	38.752,09
2.0 TDI 140 Cav Highline	23.557,50	40.841,76
TOURAN 7 LUGARES		
1.9 TDI 105 Cav Trendline	19.229,67	34.334,00
2.0 TDI 140 Cav Trendline	21.874,56	38.319,05
1.9 TDI 140 Cav Highline	22.750,75	39.379,24
2.0 TDI DSG 140 Cav Trendline	23.199,61	40.408,71

A ADFACAR dispõe de informações na venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas, sendo extensivo a outras marcas não referidas como: **BMW, Ford, Citroen, Mercedes, Honda, Skoda e Seat**. Estas informações/vendas são tratadas através de Alberto Pinto, nas horas de expediente, das 10h00 às 14h00 pelos telefones 21 751 26 40, 21 751 26 00, 21 751 26 02 e das 20h00 às 22h00 pelo telefone 21 859 50 16 ou 91 618 65 40.



PROPRIEDADE E EDIÇÃO - Associação dos Deficientes das Forças Armadas - ADFA
Pessoa Colectiva n.º 500032246

Email - jornal.elo@adfa-portugal.com

Internet - http://www.adfa-portugal.com

DIRECÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, EDIÇÃO E REDACÇÃO - Av. Padre Cruz - Edifício ADFA
1600-560 LISBOA

Telefone - 21 751 26 00 / 21 751 26 01 / 21 751 26 09 - Fax - 21 751 26 10

DIRECÇÃO NACIONAL DA ADFA/ADMINISTRAÇÃO - José Arruda, Artur Vilares, Lopes Dias,
Sérgio Azougado, Rui Bernardo, Arlindo dos Santos, Armino Matias

DIRECTOR INTERINO - Sérgio Azougado

EDITOR - Maria José Carriço

CONSELHO DE COLABORADORES PERMANENTES - Capela Gordo, Nuno Almeida

REDACÇÃO - Farinho Lopes (fotógrafo), Maria José Carriço

COLABORADORAM NESTE NÚMERO - M. C. Bastos

CORRESPONDENTES - Leite Domingues (Açores), Domingos Seca (Bragança), João Carmona
(Castelo Branco), Soles Girão (Coimbra), Manuel Branco (Évora), Anquises Carvalho
(Famalicão), Nicolau Rufino (Faro), Francisco Janeiro (Lisboa), Armando Costa (Madeira),
Abel Fortuna (Porto), José Faria (Setúbal), João Gonçalves (Viseu)

REVISÃO - José Diniz

ASSINATURAS E PUBLICIDADE - Fax: 21 751 26 10.

PRÉ-IMPRESSÃO - Jornal ELO - Maria José Carriço, Paulo Esteves

IMPRESSÃO - Coraze - Centro de Impressão - Edifício Rainha, 4.º Piso - Zona Industrial,
Oliveira de Azemeis - Tel. 256 600 580

Registo da Publicação no ICS - 105068/77 Depósito Legal - 99595/96

ASSINATURA ANUAL - € 7,00. Tiragem deste número 9000 ex.

Os textos assinados não reproduzem necessariamente as posições da ADFA ou da Direcção do ELO,
sendo da responsabilidade dos seus autores, assim como é da responsabilidade das direcções das
Delegações o conteúdo dos respectivos espaços.

Editorial

É preciso acreditar!



No momento em que Portugal preside ao Conselho Europeu é imperioso que se afirme a questão social, mas é necessário que acima de tudo se reforce a consciência social, no sentido da reafirmação dos valores sociais tão alheados da realidade actual em que o peso do mercado, nomeadamente as questões economicistas, suplantam os valores da solidariedade e da responsabilidade social.

Em pleno Ano Europeu da Igualdade de Oportunidade para Todos é imprescindível reflectir e agir em relação à participação dos cidadãos e suas organizações na vida política. Todos nós fazemos política reivindicativa em relação aos nossos direitos e a ADFA também!

Desde a fundação da ADFA que acreditamos nos nossos valores e ideais. É, foi e será de realçar a participação dos associados da ADFA em todos os momentos, mais concretamente nos referentes à definição e orientação desta instituição, assim como em relação às questões reivindicativas.

No momento difícil que estamos a viver, das nossas vidas, face aos problemas da assistência médica e medicamentosa, da terceira idade e outros, urge que a palavra coesão seja um facto cada vez mais real entre todos. Impele também lembrar, acima de tudo, ao poder instituído da dívida moral e material que têm para connosco e é isso que a Direcção Nacional está a fazer. Gostaríamos de fazer ainda melhor mas, acima de tudo, estimaríamos que as respostas chegassem rapidamente.

Somos uma instituição de referência, forte, determinada e exigente, por isso levantaremos a voz até que a reparação chegue, porque meus senhores já tarda! Resistiremos às vicissitudes do combate pelos nossos direitos, não esquecendo, no entanto, que o optimismo da ADFA é essencial para que se sobreponha ao pessimismo individual, por isso temos o dever de resistir! Nós dirigentes estamos convictos que a missão é dura, sinuosa, mas nunca daremos um passo a trás, pela história, pela memória dos que partiram e pela razão de todos aqueles que marcados na mente e no corpo só exigem de Portugal respeito, dignidade e cidadania...

O Presidente da Assembleia da República, aquando da comemoração do nosso 33º Aniversário, referiu que: "(...) estamos convosco, Portugal não vos esquecerá, o vosso exemplo é um exemplo de grande dignidade, continuem com o vosso trabalho, continuem com o vosso esforço e tereis a certeza de que o país não vos abandonará."

A Direcção Nacional

Furriéis

A questão da não actualização do índice dos furriéis tem origem no DL 207/2002, de 17OUT, em que a escala indicária a ele anexa não contempla este posto.

Após diligências da ADFA, no sentido de repor a situação, foi emitido parecer pelo Gabinete do Sr. Secretário de Estado da Administração Pública (Gab. SEAP), mencionando que "(...) não tendo o posto de Furriel sido abrangido, pelo que as pensões dos DFA com este posto não observaram qualquer revalorização, colocando estes deficientes em situação de desigualdade perante os demais, traduzindo-se em pensões mais baixas que as do posto de cabo, integrado na categoria de praça."

O Gab. SEAP propunha então que "para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, a actualização automática das pensões dos Deficientes das Forças Armadas com o posto de Furriel é feita com referência ao posto de Cabo da Armada/Cabo de Secção" e que estes efeitos retroagissem a 1 de Janeiro de 2006.

Face à proposta apresentada, a ADFA entendeu que a mesma estava correcta quanto à reposição de direitos, desde que a data dos efeitos retroagisse a 1 de Janeiro de 2002.

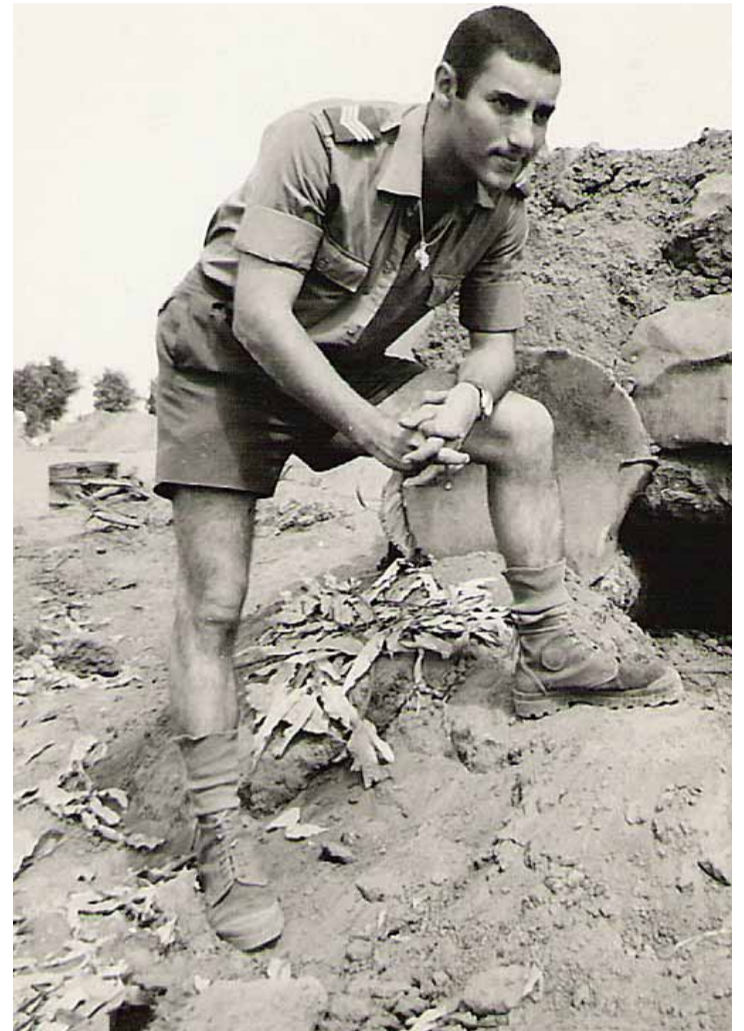
No entanto, a ADFA defendeu uma outra questão, a de que os furriéis estão numa posição de inferioridade porquanto o posto de furriel pertence à classe de sargentos e o posto de cabo armada/cabo secção à classe das praças.

Aliás esta questão já foi suscitada junto do grupo que procede à reestruturação das carreiras militares.

Nesta sequência, foi publicado o Decreto-Lei n.º 233/2007, de 19 de Junho, que veio reconhecer "a actualização automática das pensões" dos DFA no posto de furriel, "com referência ao posto de cabo da armada/cabo de secção", retroagindo os seus efeitos a 1 de Janeiro de 2007.

Às pensões dos DFA no posto de furriel em extinção, do 1.º ao 5.º escalão, com referência ao posto de cabo armada/cabo secção, para 2007, corresponde os seguintes índices e valores:

Escalão	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º
Índice	182	187	189	190	195
Valor	€1.237,75	€1.270,95	€1.284,22	€1.290,86	€1.324,05



Direcção Nacional




RENAULT

- ▶▶ O salão de exposições é gigante: 2500 m2.
- ▶▶ O horário de atendimento é enorme.
8h - 20h durante a semana
9h - 19h ao fins-de-semana
- ▶▶ O horário da oficina é igualmente grande.
8h - 24h durante a semana
8h - 18h ao sábado
- ▶▶ No grande centro de ensaios cabe toda a gama.
- ▶▶ O serviço de assistência e desempanagem tem o maior horário possível: 24h por dia.

Atendimento Cliente: 800 203 157



RENAULT CHELAS

Tudo Por Si.

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900-672 LISBOA
Tel.: 21 836 14 00 Fax: 21 836 14 91
Av. da Liberdade, nº 33 - 1200-139 LISBOA